



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 020

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE MARÇO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano (em licença) - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari (em licença) - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Dr. Luciano Ducci - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

jovem, não é pelo número no País, de 33 bilhões e em nosso Estado de um milhão e duzentos mil, são importantes, mas pela sua própria característica biológica, antropológica, filosófica, espiritual, quanto de importância tem para o momento atual em que vivemos e para todas as gerações.

Quero aproveitar a ocasião e lembrar que, além da Deputada Federal Selma Scholtz, outras autoridades estaduais e federais estarão prestigiando este nosso encontro. Quatro temas serão tratados: o Jovem e o Trabalho; O Jovem e a Educação; O Jovem e a Família; o Jovem e o Meio Ambiente. Teremos representantes da juventude, as pastorais sociais, da pastoral rural, das igrejas, partidos políticos e estudantes de outros Estado.

Reitero o convite para esta próxima quinta-feira, às 14 horas, onde faremos este Seminário Estadual da Juventude.

Aproveito o horário para falar de um outro assunto, que é a questão indígena. Hoje nosso Estado conta com 25 comunidades indígenas, 25 aldeias, mais ou menos entre 12 e 15 mil índios. Por que mais ou menos? Não dá para precisar, porque os índios, hoje, vivem numa situação de muita migração: ora estão na aldeia; ora estão fora dela. E pasmem, queridos colegas, 15 mil paranaenses em situação de quase total descaso e miséria!

Estive pessoalmente visitando 17 aldeias ou 25 também, em segundo, na divisão que eles próprios fazem. Estive visitando dez dessas aldeias no litoral, em Guaraqueçaba, Sambaqui. Em Pontal do Paraná, estão 4 aldeias, e sobretudo a situação desses nossos irmãos que estão lá, no litoral, é de extrema miséria. Totalmente famintos, totalmente desprovidos dos seus direitos, desprovidos de alimentos, de roupa, de casa!

Quero trazer este fato para que todos nós estejamos nos sensibilizando diante da situação.

Quero agradecer também, à CCJ, na pessoa do Presidente, ao Relator, de um anteprojeto que apresentei, chamado Lei do Índio, que hoje foi aprovado na CCJ. Peço aos prezados Pares que considerem-no, e eu gostaria que viessem aqui, na Sessão Plenária na Semana do Índio, para prestarmos-lhes uma homenagem.

Quero também agradecer de público ao Governador Roberto Requião, junto com o Governo Federal, que tem se preocupado com a questão indígena, no que diz respeito à habitação. Quero agradecer a FUNASA, no que diz respeito à questão da saúde do Índio, embora ainda muito incipientemente. Quero pedir a esta Casa que faça uma cobrança direta e pessoal à FUNAI - Fundação Nacional do Índio, que sem querer trazer aqui os motivos - até porque não os tenho totalmente - está demonstrando total desprezo e descaso à questão dos índios.

Temos, prezados Deputados, para com a comunidade indígena, uma grande dívida histórica. Fomos nós, os brancos, que lhes tiramos as terras, que lhes tiramos a religião, que lhes tiramos a língua, que lhes tiramos a comida e lhes tiramos a dignidade. Hoje, somos nós, os brancos, os principais responsáveis por essa situação. Por

isso somos nós que devemos, hoje, estar olhando para esses 15 mil paranaenses, irmãos nossos, que estão em total descaso!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Elton Carlos Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa presente, povo do Paraná, funcionários da Casa.

Venho no dia de hoje falar aqui com orgulho de um projeto que está na Ordem do Dia, que é um compromisso também do governo do Estado do Paraná, que é a regulamentação do fundo de aval. O Programa Fundo de Aval do Governo do Estado do Paraná tramita hoje em primeiro turno, na questão da inconstitucionalidade. Nós relatamos a matéria. É um projeto de inclusão no crédito agrícola dos produtores, dos pequenos agricultores que não têm acesso ao crédito, que por um motivo ou outro, às vezes, não têm a propriedade no nome e não têm como conseguir um financiamento.

O Estado nós, com muito brilhantismo, no ano passado, garantimos um fundo no Orçamento do Estado do Paraná, na ordem de dois milhões de reais, que será o fundo garantidor deste crédito que será concedido aos produtores. O Fundo de Aval dá uma demonstração, novamente, de inclusão social dessa parte de produtores do Estado do Paraná, de pequenos agricultores que não têm conseguido financiamento de uma ou de outra forma e o Estado passa a ser como se fosse o avalista desses produtores.

O sistema de empréstimo será no sistema do PRONAF. Há uma alavancagem de um para trinta. No Projeto, ainda, está a alavancagem de um para dez. Serão até 20 milhões de reais, mas há um acordo com o Banco do Brasil - poderemos alavancar até 60 milhões de reais de recursos do Governo Federal, onde o Estado resgatará esses produtores, que estão fora do processo normal de crédito. Haverá toda uma ofensiva e aí os Municípios terão que ser parceiros também neste sentido, para buscarmos esses produtores que, infelizmente, encontram-se ainda fora do processo de crédito agrícola. É um projeto importantíssimo para a agricultura do Paraná. É uma visão de inversão também de prioridade, no sentido de garantir crédito para quem está fora das linhas de crédito, porque de uma ou outra forma não consegue um financiamento. O gerenciamento será pela Agência de Fomento do Estado do Paraná. No orçamento do ano passado já garantimos esses dois milhões para o Fundo de Aval. O projeto tramitará no dia de hoje. Com muita satisfação falo aqui, porque sou relator da matéria.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Tenho visto nesta Casa, com a aquiescência do ilustre Parlamentar, todas as vezes que recebermos um

Especialistas: 22%
 Graduados: 8%
 Agentes universitários: 8.299
 Hospitais universitários: 3

SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO SUPERIOR
Origem dos Alunos por Segmento de Ensino -
Público e Privado - 2003

IEES	Escola Pública (%)	Escola Privada (%)
UEL	49,7	46,6
UEM	53,9	46,1
UEPG	57,0	42,9
UNIOESTE	64,5	20,7
UNICENTRO	NI	NI
UNESPAR	82,0	17,7

Alunos Aprovados no Vestibular 2003 oriundos do Paraná
e demais Estados

IEES	Paraná (%)	Demais Estados (%)
UEL	73	28
UEM	76	24
UEPG	82	18
UNIOESTE	77	23
UNICENTRO	89	11
UNESPAR		
FAP - Curitiba	90	10
EMBAP - Curitiba	85	15
FECEA - Apucarana	86	14
FAFI - Cornélio Procopio	97	3

Alunos Aprovados no Vestibular 2003 oriundos do Paraná
e demais Estados

IEES	Paraná (%)	Demais Estados (%)
FECILCAM - Campo Mourão	93	7
FAFIJA - Jacarezinho	42	58
FAEFIJA - Jacarezinho	46	54
FUNDINOPI - Jacarezinho	44	56
FAFIPA - Paranavaí	98	2
FAFIPAR - Paranaguá	99	1
FALM - Bandeirantes	77	23
FAFI - União da Vitória	66	34

Despesas Gerais
(Pessoal, ODC e Capital)
Das Instituições de Ensino Superior para alguns
Estados da Federação - 2002

Unidade da Federação	Valor (em R\$ mil)	Percentual (%)
Brasil	8.288.599	100,00
São Paulo	273.479	3,30
Rio de Janeiro	1.380.996	16,66
Minas Gerais	1.281.550	15,46
Rio Grande do Sul	859.452	10,37
Paraná	400.765	4,84
Bahia	352.126	4,25
Santa Catarina	322.076	3,89
Goiás	196.550	2,37
Pernambuco	373.423	4,51
Sub-Total	5.440.417	65,64
Outros Estados	2.848.182	34,36

Recursos - Universidades Estaduais - 2003 / 2004

RECURSOS	2003 (1)		2004 (2)	
	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%
1. Tesouro	403,8	84,23	433,0	65,05
Pessoal	373,8	77,97	386,8	58,11
Outras Despesas Correntes	28,1	5,86	38,6	5,8
Investimentos	1,9	0,4	7,6	1,14
2. Outras Fontes	75,6	15,77	232,7	34,95
Pessoal	1,3	0,27	2,0	0,3
Outras Despesas Correntes	64,1	13,37	104,8	15,74
Investimentos	10,2	2,13	125,9	18,91
TOTAL	479,4	100	665,7	100

(1) Valores empenhados em 2003;

(2) Dados do orçamento - 2004.

Ações em 2003

01 - Instituição do Conselho Consultivo para Políticas de Ensino Superior;

02 - Lei sancionada pelo Governador que regularizou os cargos de docente e de pessoal técnico-administrativo:

Cargos de docentes	7.339
Cargos de pessoal técnico-administrativo	9.694
TOTAL	17.033

03 - Cancelamento dos editais para contratação de professores, abertos sem análise de impacto orçamentário e financeiro;

04 - Universidade no Litoral - projeto em fase de implantação:

- Projeto pedagógico concluído em 31/07;
- Desapropriação de área em Matinhos;
- Negociação de vagas docentes junto ao Governo Federal;
- Elaboração de projeto arquitetônico."

Estamos buscando junto com os Reitores, e há uma compreensão definitiva por parte deles, de que somos parte do mesmo conjunto, do mesmo Estado. Não tem mais essa dicotomia entre Estado e Universidades. Precisamos trabalhar de uma forma integrada, resgatando aquilo que é possível dentro de políticas públicas. Não aceitamos medidas tomadas unilateralmente. E foi assim que fizemos com as contratações de professores, sem

passar por uma medida de impacto orçamentário e financeiro junto com a Secretaria de Planejamento e a Secretaria da Fazenda. além de terem aqui algumas universidades feito concursos quando não tínhamos o amparo legal para executar tal atividade.

Também fizemos a Universidade do Litoral, com uma verdadeira parceria. Não haverá investimento por parte do Estado de uma forma contínua, apenas o reconhecimento da importância para o Litoral, e uma parceria com o Governo Federal, através da UFPR, numa concessão de 60 vagas docentes, para que sejam instituídos os três cursos de graduação, mais os três de pós-médio.

**"Sistema Estadual de Ensino Superior
Universidades Estaduais - Situação Proposta
Campus e Extensões**

UEM - Sede: Maringá; Campus: Campo Mourão e Paranavaí; Extensões: Cianorte, Cidade Gaúcha, Diamante do Norte, Goioerê e Umuarama.

UNIOESTE - Sede: Cascavel; Campus: Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Francisco Beltrão; Extensões: Medianeira, Palotina e Santa Helena; UNICENTRO - Sede: Guarapuava; Campus: Irati; Extensões: Chopinzinho, Laranjeiras do Sul, Pitanga e Prudentópolis; UEL - Sede: Londrina; Campus: Jacarezinho, Apucarana, Bandeirantes e Cornélio Procopio; UEPG - Sede: Ponta Grossa; Campus: Curitiba, Paranaguá, União da Vitória; Extensões: Castro, Jaguariá, Palmeira, São Mateus do Sul e Telêmaco Borba.

05 - Projeto de Reestruturação da UNESPAR:
Reestruturação da UNESPAR: Vantagens

- Estrutura mais racional e menos onerosa - redução de custos em R\$3 milhões/ano;
- Forte identidade regional para todas as IEES;
- Intercâmbio das experiências acumuladas em pesquisa e extensão com as novas unidades;
- Estímulo à qualificação e facilidade de acesso aos programas de apoio à capacitação docente;
- Programa de capacitação docente inter e intra-institucional;
- Oportunidade de acesso às fontes de fomento e financiamento de projetos de pesquisa e extensão.”

Estamos propondo uma reestruturação de toda a questão do ensino superior, propondo a integração das faculdades que antes estavam vinculadas à UNESPAR passem para as Universidades existentes e mais próximas da região. É um projeto que esta ainda em discussão com o Governo.

Por que estamos pensando nisso? Primeiro, por maior racionalidade econômica, maior racionalidade acadêmica e maior possibilidade de integração entre as faculdades que têm uma qualificação docente abaixo do requerido pela LDB de 25% de mestres e doutores. Também dentro das Universidades um preparo mais adequado e cursos ofertados de mestrado e doutorado para esses professores.

“06 - Mobilidade Acadêmica - Celebração de convênio entre as universidades estaduais, UFPR e CEFET-PR;

07 - Modernização das bibliotecas da IEES:

- Curso de Bibliotecas Digitais: 28 instituições participantes;

- Apoio à atualização do acervo bibliográfico das IEES.

08 - Implantação da Rede Paranaense de Ensino e Pesquisa-RPR:

Objetivos:

- Atender à comunidade de ensino e pesquisa paranaense, como suporta às atividades de pesquisa e de educação;

Parceiros:

SETI, SEAE/CELEPAR, SEED, COPEL, UEL, UEM, UEPG, UNICENTRO, UNIOESTE, UFPR, CEFET-PR.”

Os estudantes das nossas instituições estaduais e também da nossa Universidade Federal e CEFET. O estudante com um ano, no mínimo, do curso poderá optar apenas uma vez, por algumas disciplinas que não sejam ofertadas ou algumas que ele acha que sejam melhores em outras Universidades para melhorar a sua capacitação e a sua qualificação.

Fizemos um programa de modernização das bibliotecas, não só estabelecendo cursos de bibliotecas digitais com a participação de 28 instituições, como também implementamos, com a autorização do Governador, um

programa na ordem de 500 mil reais para equipar as bibliotecas das nossas universidades.

Implantamos também a Rede Paranaense de Ensino e Pesquisa, que representa através da fibra ótica da COPEL uma integração com todas as universidades na internet. Possibilita, não só, uma maior facilidade para acessos bibliográficos e também um intercâmbio entre as nossas universidades e outras do exterior, melhorando a qualidade das pesquisas e de ensino.

Fizemos um programa, uma cooperação técnica entre a Universidade de Missões, estabelecendo convênios na área de Engenharia Florestal.

Estamos fortalecendo, dentro das universidades, a criação de um conselho de integração sociedade/universidade.

“09 - Acordo internacional de cooperação técnico-científica entre as IEES e a Universidade de Missões-Argentina;

10 - Criação de conselhos de interação sociedade/universidades;

11 - Não autorização para abertura de novos cursos:”

Diversas universidades já instalaram: Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Estadual de Londrina e estamos estimulando a instalação desses conselhos em todas as instituições.

Desde que assumimos, em função do grande problema de recursos orçamentários, estabelecemos, em comum acordo com todos os reitores, a impossibilidade de expansão de novos cursos, novos *campi* ou novos planos de extensão. O que ocorreu durante o ano 2003 foi apenas a estadualização da Faculdade de Bandeirantes que foi um projeto aprovado, no Governo anterior e que fizemos os cálculos, (como vamos fazer para todos os cursos que estão com o vestibular suspenso), fizemos uma análise custo/benefício e consideramos que era importante o Estado estadualizar aquela faculdade. Primeiro, por ter uma Faculdade de Agronomia de tradição, fundada em 1960; ter 65% dos seus professores mestres e doutores; ter um acervo tecnológico extremamente importante e termos também constatada na região, pesquisa, à qual fiz a visita junto com o Deputado José Ferreira na Faculdade de Bandeirantes e constatamos as inovações tecnológicas como a banana, que foi apropriada ao clima da região. Por isso, foi único investimento feito em relação a todas as pendências do Governo anterior.

Informamos a todas as pessoas que apresentaram propostas que não poderíamos fazer qualquer entendimento às propostas existentes e por isso negamos a abertura, nesse momento, de várias propostas de abertura de curso. Como por exemplo, pedimos o fim da extensão do curso de Pedagogia em Colorado e a não concessão do curso de Educação Física em Colorado, em função dos investimentos e assim por diante.

Tanto da Universidade Estadual de Maringá quanto na de Cianorte estavam solicitando o curso de Moda e Design do noturno, expansão para o diurno. Esperamos também até ter condições orçamentárias e um planejamento melhor. Ponta Grossa, Telêmaco Borba, a UNICENTRO, e as demais que estão no quadro para vocês verem.

Esses projetos que estão aí de UNIOESTE e Foz do Iguaçu, alguns foram passados por esta Casa autorizando o Poder Executivo a criar essas modalidades de curso o que nós também suspendemos.

O Sr. Marcos Isfer

Sr. Secretário, um rápido aparte só para ficar claro.

Esses são os curso que o Governo está suspendendo o funcionamento?

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Deputado Marcos Isfer, não estou lhe enxergando mas reconheço-lhe pela voz. Estamos pedindo para que o orador seja abordado durante a fala, depois vamos abrir a palavra a todos os Deputados.

O SR. ALDAIR RIZZI

Esses cursos, foram solicitados a sua abertura à Secretaria de Ciência e Tecnologia, e nós negamos. Não são cursos existentes, apenas a extensão de Colorado e uma outra extensão.

É importante, Deputado, dizer que muitas das extensões que foram criadas para um ano, dois anos, tornaram-se permanentes e estamos revendo todos esses processos. Já vamos chegar exatamente nos custos que estamos discutindo. Também discutimos e vamos implementar dessa forma muito mais efetiva este ano a questão da política de inclusão, a discussão sobre cotas.

“12. Políticas de Inclusão:

- Discussão sobre cotas;
- Vestibular para comunidades indígenas (comissão de vestibular inter-universidades):
- 18 vagas/ano - 3 por universidade
- em 2004: 66 inscritos no vestibular, 46 matriculados
- Bolsa-auxílio R\$270,00/mês”

Já temos, como já disse o Deputado Padre Paulo, a referência aos Índios e temos um programa para os indígenas que foi aprovado por esta Casa, uma bolsa de estudos para 18 vagas nas nossas instituições de ensino superior.

Estamos iniciando este ano um programa de avaliação institucional. Quando assumimos, era impossível imaginar como eram tomadas as decisões no Governo anterior, sem a existência de uma base qualquer de informação e de uma base de dados, passamos 2000 inteiro construindo essa base, e hoje, podemos dizer que já temos os dados mais avançados, já temos um mínimo de

suporte de dados para fazer diagnóstico e propor um projeto que é de extrema importância, acompanhando o que está sendo feito em termos nacionais, mas com uma forma específica aqui no Estado do Paraná que é um sistema de avaliação institucional com o objetivo de nortear as atividades acadêmicas; de refletir o grau de engajamento das Instituições de Ensino Superior, do desenvolvimento científico, tecnológico e sócio-econômico e de identificar e corrigir distorções nas nossas universidades.

O que esperamos desse programa de avaliação: primeiro, constituir uma formação de uma base, um sistema de base de dados cooperativos entre todas as instituições e entre as instituições e a Secretaria de Ciência e Tecnologia.

É impossível hoje se obter uma informação e nos vemos às vezes muito apertados para responder algumas questões levantadas pela Assembleia Legislativa no prazo dado de 05 dias. Não existe um banco de dados sistematizado, organizado, além das informações serem dinâmicas em relação às diversas variáveis, ainda a inexistência de um banco de dados consistentes, o que estamos fazendo e faremos esse ano com a maior precisão.

Estamos já com todas as universidades estabelecendo um banco de dados de todos os projetos de pesquisa e projetos de extensão desenvolvidos pelas nossas instituições.

Estamos também, junto com isso, chamando todas as instituições federais, mais os segmentos de todos os institutos de pesquisa para fazer uma depuração e saber quais são as pesquisas que estão sendo desenvolvidas em todas as instituições para poder ampliar essa base de cooperação entre as nossas pesquisas no Estado do Paraná.

Vamos fazer, dentro desse programa, um seminário sobre Avaliação Institucional.

Em relação a esse programa, podemos dizer que já temos dois pontos onde avançamos: primeiro, dois diagnósticos. Isso não significa avaliação.

Fizemos primeiro o diagnóstico da distribuição de tempo de trabalho dos docentes em sala de aula.

O professor de uma universidade é obrigado, por lei, quando tiver tempo integral e dedicação exclusiva, a dedicar as suas atividades em ensino, pesquisa e ou extensão. Tem que distribuir a sua jornada de trabalho de 40 horas entre ensino, pesquisa e extensão.

E o levantamento que constatamos em termos de hora/sala de aula, representa a média de 13,7 horas por professor em sala de aula. Não estão incluídas aqui as horas acessórias, de preparo de aulas, para orientação, teses, etc. É apenas o quanto o professor se dedica em sala de aula.

Paralelo a isso - e isso um dos problemas que encontramos para encaminhar o processo de teste seletivo, temos levantado todos os professores que têm TIDE, ou seja: Tempo Integral de Dedicção Exclusiva.

No geral das universidades, 69% têm TIDE, diferente das faculdades que não têm tradição e pesquisa e que representam apenas 15%.

Esses são dados quantitativos. Estamos agora verificando e acabamos de fazer todo levantamento, universidade por universidade, professor por professor, como fizemos para a carga horária, para saber se os projetos de pesquisas que estavam registrados nas pró-reitorias de pesquisa em pós-graduação ou nas pró-reitorias de extensão, representam efetivamente produção acadêmica. A nossa equipe terminou esse trabalho na sexta-feira. E, verificando professor que tem um projeto X, quando iniciou o projeto? Qual a produção que ele teve nesse período de constatação, de período de vigência de projeto?

A produção é aquela tradicional usada por todos os institutos, por todas as agências, para avaliar a produção científica, ou seja: artigos publicados em revista indexadas, livros publicados, capítulos de livros, produção de material artístico, etc.

Estamos elaborando, mas já temos um quadro que seguramente encontramos problemas, que professores que têm TIDE e que lecionam em outras universidades. É, portanto, ilegal, porque professor não pode, com TIDE, exercer qualquer atividade fora do estabelecimento que lhe pertence.

Encontramos professores que já se prontificaram a rever seu regime de trabalho, porque não estavam exercendo aquilo que estava se referindo o TIDE.

Então, estamos em um processo de avaliação e isso quer dizer que também temos o orgulho de ter pessoas, e acho que é esse processo de avaliação que tem que ser feito, de ver se há produção científica e aí tomar as atitudes corretas em relação à orientação que está sendo dada à concessão do tempo integral e dedicação exclusiva, que é uma autonomia das Universidades e tem que ser preservada, mas desde que seja também acompanhada pelas políticas públicas do Estado do Paraná.

Bom! Agora, evidentemente, dentro desse projeto, vamos entrar em um assunto que foi exatamente o motivo do convite para que eu viesse aqui na Assembléia. Na verdade, o que acontece?

Para os senhores terem uma idéia, de 1995 a 2002 foram criados 132 cursos. De 1990 a 1994, foram criados 14 cursos, e de 95 a 2002, foram 132 Cursos. Desse 132 criados só em universidades - não se considerando os 16 cursos criados em faculdades -, entre 1995 e 2002, 60%, ou seja, 79 cursos criados em 2000, 2001 e 2002; em 2002 foram criados 49 cursos. Nós, quando assumimos a Secretaria, ficamos exatamente preocupados com a questão orçamentária. Nós temos problemas e eu visitei universidade por universidade e temos laboratórios sucateados, universidades sem condições de ter boa qualidade de pesquisa e com isso refletindo na qualidade de ensino e nós nos organizamos junto nesse Conselho e com a adesão de todos os Reitores, que nós tínhamos que buscar consolidar a nossa estrutura existente.

Constatamos que esses cursos que terão reflexos no Orçamento de 2003, 2004, 2005 e 2006, nenhum tinha passado por qualquer verificação em termos de impacto orçamentário e financeiro. Aliás, um curso que nós identificamos que passou pelo antigo CRAF, que tinha recebido inclusive a negativa do Governo, foi implementado. Todos esses cursos foram criados com a autonomia das Universidades, o que nós defendemos e consideramos extremamente importantes para a liberdade de expressão, liberdade para a produção do conhecimento, mas tem que ter algo que é importante, que é exatamente dizer quem vai financiar a infra-estrutura, o pessoal técnico administrativo, ou seja, a infra-estrutura necessária para a qualidade de ensino que precisamos.

Então, solicitamos e identificamos nesse casos 43 cursos. Aí solicitamos todos os projetos pedagógicos que não tenham na Secretaria, solicitamos os planos detalhados relativamente ao pessoal, custeio, investimento com os respectivos valores, que reflete em impacto orçamentário e financeiro e indicação da fonte de recurso. Solicitamos às IEES para suspenderem o ingresso de novas turmas até que se obtenha uma regularização e se estude caso a caso a viabilidade de cada curso não só do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista do impacto regional, também do ponto de vista do impacto de comprometimento da comunidade com estes cursos, o quanto já foi investido e aí fazer uma força conjunta, Governo do Estado, Governo Federal, comunidade, para que possamos dizer que estes cursos têm uma viabilidade sustentável não mais só com recursos do Tesouro do Estado. Por isso estes cursos estão nesta ordem que nós constatamos, que vocês já conhecem; saiu na imprensa já várias vezes.

Também levar em conta um aspecto importante, isso eu tenho dito sempre, que toda medida administrativa tem prejuízo e neste caso estamos vendo que estão envolvidos 2035 alunos. O impacto não só político, de desgaste, mas também social, extremamente importante, mas que nós não temos mais condições de bater com recursos do Tesouro. Portanto, esses alunos, esses estudantes, vamos fazer todo esforço junto com a racionalização administrativa das nossas universidades, junto com o esforço da comunidade para que seja garantido o direito desses estudantes, caso se venha constatar que há cursos que não possam ser implementados, garantir-lhes o direito de complementar os seus cursos com a qualidade necessária que tenha cada universidade.

E aí encaminhamos diversos ofícios, encaminhamos para a Universidade Estadual de Maringá, encaminhamos para todas as instituições, pedindo até o dia 10 de abril para que apresentem os argumentos, o esforço interno de racionalização administrativa para que possamos analisar, caso a caso, junto com a comunidade, junto com as reitorias e depois submeter à apreciação do Governador. Estamos em 2004 procurando dar transparência à nossa administração, já aprovamos o modelo de alocação de recursos e distribuição de recursos de custeio

para as instituições que leva em conta esses indicadores. Estamos criando instrumentos para acompanhamento do TIDE. Estamos fazendo uma regulamentação para aproveitamento de vagas ociosas em todas as universidades que sejam de uma forma homogênea, padrão hoje só a Universidade de Londrina, a exemplo da Federal, fazem através de exame de seleção. Fazemos um levantamento da produção científica e estamos agora pedindo a todos os reitores uma reforma administrativa, porque nós temos, em torno disso, de definir um projeto de lei para quantificar, definir e encaminhar na Assembléia Legislativa um projeto de lei que regularize os cargos comissionados que não existem nas nossas universidades, apenas cargos de reitor e vice-reitor.

Da mesma forma que existia uma regulamentação dos cargos de professores que o Governo anterior se omitiu de mandar para a Assembléia Legislativa este Governo mandou para a Assembléia Legislativa, foi aprovado e agora temos que fazer essa regulamentação, não com base no que está colocado, mas sim, pensando que estrutura administrativa nós queremos para nossas universidades para atender os objetivos fins de nossas instituições que é a pesquisa, o ensino e a extensão. E estamos também integrando com outras políticas das Secretarias.

Entregamos recentemente para o Governador o programa social e o projeto de cidadania que é um projeto que prevê a prestação de serviços dos alunos recém-formados nos municípios de mais baixo IDH em diversas áreas de conhecimento.

Finalmente, vamos estar criando uma comissão para fazer este processo de avaliação. Estou esperando a indicação das pessoas até este final de mês.

“9. Comissão Especial de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino Superior.

A ser integrada por representantes:

- a) Secretaria de Estado da Ciência, Tec. e Ensino Superior - SETI;
- b) Universidades Estaduais (um por Universidade);
- c) Conselho Estadual de Educação;
- d) Comissão de Educação da Assembléia Legislativa;
- e) Federação das Indústrias do Estado do Paraná;
- f) Federação dos Trabalhos nas Indústrias do Estado do Paraná;
- g) Federação da Agricultura do Estado do Paraná;
- h) Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná;
- i) União Paranaense dos Estudantes - UPE e,
- j) União Nacional dos Estudantes no Paraná - UNE.”

E agora, realmente estamos enfrentando grandes problemas, duas demandas que são imediatas e que vamos resolver⁴ que são por reposição de professores.

A demanda das universidades foi de 1314 professores correspondentes aos seguintes dados:

“Demandas:

1. Docentes - reposição:

- 550 rescisões de contratos temporários;
- 168 aposentadorias;
- 76 exonerações;
- 16 óbitos;
- 24 licenças médicas sem previsão de retorno;
- 140 para atender novas séries de cursos autorizados;
- 72 para substituir professores à disposição de órgãos federais, estaduais e municipais;
- 41 licenças sem vencimento, ocupação de cargos administrativos nas IEES, etc;
- 230 para atender novas séries de cursos não autorizados;
- 1314 docentes solicitados pelas IEES.”

Esse é na verdade o grande problema que estávamos enfrentando. E que temos condições de, agora, após termos levantado esses dados, de termos visto que todos os professores que estão com o TIDE, falta sistematizar ainda mais informações, mas estamos preparados.

Gostaria de pedir o apoio da Base Aliada para encaminhar ao Governador a aprovação de um teste seletivo para que possamos fazer isso e repor os professores em sala de aula, porque em muitos cursos estão faltando professores. Temos que encaminhar o mais rápido possível e gostaria de ter o apoio da Base Aliada para encaminhar junto com o Governador para que ele possa apreciar a matéria e permitir que façamos esse teste seletivo que vai resolver o problema, que ainda não é a solução definitiva porque temos que trabalhar no futuro com a perspectiva de consumo. Temos hoje 25% dos professores substitutos. Sabemos que são trabalhos precários e que o ideal seria que fossem professores com dedicação exclusiva - TIDE, mas não temos essa condição orçamentária e temos que esperar a regularização dos cargos, por isso, gostaria de pedir o apoio, aqui, da Base Aliada.

Finalmente temos mais duas questões extremamente importantes, não vou entrar em detalhes, mas é um problema da UNIOESTE de Cascavel, que está com uma dívida de aproximadamente 3 milhões de reais e estamos pedindo uma auditoria nas contas. Estamos resolvendo as coisas imediatas, e tem lá uma paralisação dos professores. E o terceiro ponto, estamos vendo que o nosso orçamento de pessoal cresceu em 2000 de 285 milhões, para 373 milhões, 376 milhões em 2004. E temos um grande problema para resolver que é o problema da reivindicação salarial, porque realmente os salários dos professores do ensino superior estão achatados, estão em defasagem, não só deles mas também dos técnicos administrativos. No quadro a seguir tem um comparativo dos salários dos nossos professores com as Universidades Federais, pegando como referência a Universidade Fed-

Vamos abrir a palavra aos deputados, vamos fazer a cada três Deputados as perguntas para serem encaminhadas ao Secretário.

Pela ordem de inscrição, com a palavra a Deputada Cida Borghetti.

A SRA. CIDA BORGHETTI

Neste momento quero saudar o secretário Aldair Rizzi, a quem nós, ao longo do ano passado e neste começo de ano também, pudemos acompanhar em algumas reuniões aqui, na sua Secretaria e também na nossa UEM. Gostaria que o senhor pudesse colocar a real situação dos novos cursos da UEM: se eles vão continuar, se é possível continuar.

Era essa a minha dúvida depois da sua explanação. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Segundo orador inscrito Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Gostaria de saudar o Secretário Aldair Rizzi. Apenas para registrar no meu ponto de vista de que o Secretário é um homem preparado, tem uma história acadêmica invejável no nosso Estado. Acho que empresta o seu nome, repito: empresta o seu nome para esta atuação frente a esta pasta tão importante do Governo do Estado do Paraná e se depara com um problema que, na minha opinião, não é um problema localizado no Estado do Paraná. É um problema de conjuntura com relação à questão do ensino superior no nosso Estado. O Paraná tem sido sacrificado, ao longo dos tempos, com relação à questão do ensino público do 3º grau. Temos apenas e tão somente a Universidade Federal do Paraná, agora estamos aí prestes a ter a segunda universidade, que é a Universidade Tecnológica do Estado, através do nosso CEFET. Mas, há uma demanda reprimida com relação à questão do ensino público de terceiro grau.

Disse, ontem, quando aqui me foi perguntado, de que não acho que tenha que ser realmente o critério da abertura de novos cursos, tenha que ser apenas e tão somente condenado por ter sido ele solicitado, muitas vezes, por uma região, por um Deputado ou pela base política. Por quê?

Porque somos Deputados, representamos a nossa região e é normal que as reivindicações venham até nós. Agora, é visível que se tem um gargalo diante da administração pública com relação à questão do ensino superior! Há que se fazer uma radiografia e acho importante esse entendimento que teve a Secretaria de fazê-la em toda essa questão e buscar alternativas de solução. Não creio, Secretário, que simplesmente abrir novos cursos, seja a solução. mas também, sem a discussão prévia com o setor universitário, cortar os cursos, muitas vezes também pode acontecer a revolta daquela comunidade ou

daquele setor da sociedade, que vai terminar com o corte; apenas vai se transferir o problema.

Acho que tem que se discutir com o Governo Federal uma forma, através desse Conselho que foi criado aqui, uma forma de tentar resolver ou minimizar este problema, porque há Estados que têm lá 6 universidades federais, outros têm 8 universidades federais. Nós ficamos com essa demanda reprimida, e não adianta fecharmos o olho, porque não há como.

Se o Estado não tomasse essa frente, de buscar, de suprir essa necessidade nas regiões, teríamos até hoje essa demanda reprimida. Para nós é importante até onde foi. Temos problemas. Acho que é uma questão de buscar alternativas e solução. Nas universidades estaduais prestam um grande e relevante serviço, não apenas para o ensino e a tecnologia do nosso Estado, mas principalmente para a questão de justiça social, que vem através da oportunidade, que faz com que as pessoas tenham a possibilidade de se formarem em um curso superior.

Quero parabenizar V. Exa. pelo trabalho que realiza e prestar aqui o nosso apoio, para aquilo que for possível ao nosso alcance, através de nosso desempenho parlamentar, para que possamos auxiliar a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior do nosso Estado e achar alternativas de solução, para esses problemas criados.

Muito obrigado.

O SR. ALDAIR RIZZI

Posso responder à Deputada Cida Borghetti, que os cursos da Universidade Estadual de Maringá, os criados em 2000 e 2002, pedimos todos os documentos que foram mencionados; a universidade nos entregou. Fizemos a avaliação dos recursos existentes necessários, chegando na ordem de 20 milhões de reais, entre investimento pessoal e custeio, mas é, fundamentalmente, investimento e pessoal.

Estamos agora encaminhando como foi dito, para as duas áreas que vão nos dar esse aval, de dizer se pode ou não, do ponto de vista de sustentação do orçamento, que são a Secretaria de Planejamento e a Secretaria da Fazenda. Solicitamos novamente ao reitor que possa trabalhar com várias alternativas. Sei que houveram reuniões em Maringá, inclusive com a sua participação e liderança, para fazer convênios e alternativas. Algumas nós já sabemos, como por exemplo, os cursos de engenharia, que estão na Cidade de Maringá, ver exatamente a possibilidade de convênios com a FIEP, através de cessão daqueles cursos e instalações do SENAI, que só aí seria desnecessário existir na ordem de 32 salas de aula e aí já estaria resolvido o problema. Esses são processos que estamos pedindo. Portanto, já conversei com o Reitor Pavanelli e ele ficou de trazer o mais rápido possível? Temos que discutir isso, porque o orçamento começará a ser discutido logo. Por que a suspensão agora do vestibular? Porque não temos certeza de que esses serão os cursos que serão contemplados. Portanto dá tempo. Não há

prejuízo do ponto de vista das universidades, de cancelarem o vestibular agora. É claro que todo o impacto político e social que é gerado, tem que trabalhar. Quem tiver interesse em discutir de uma forma aberta e transparente, da forma que esse vestibular é feito no verão e no inverno. Esse vestibular de inverno, que foi feito no verão, na Universidade Estadual de Maringá, as turmas que complementaram os cursos que estão sob condições de avaliação, todos eles correram normalmente, o que não vai ocorrer é em 2005 - mas vamos ver.

O vestibular que vai ter, se fechasse agora, teria que prepará-lo para junho e julho, para edital. Vamos esperar para fazer só um edital, só um concurso, para o final de ano, que não tem do ponto de vista acadêmico, prejuízo. Tem do ponto de vista financeiro da universidade, que deixa de arrecadar exatamente o valor, que tem um vestibular fora de época, que tem uma maior demanda. Esses cursos estão encaminhados. A nossa parte, encaminhamos para o Planejamento e vamos rediscutir, avaliando também as questões. Por exemplo, o curso de Cianorte tem todo um problema de investimento feito pela comunidade; o curso de Umuarama, de Agronomia e de Veterinária, que temos problema e vamos pensar alternativas, para fazer uma integração com a Universidade Federal do Paraná, porque não temos hospital universitário no curso de Medicina Veterinária. Vamos ter que pensar em formas criativas e alternativas.

Ninguém quer fechar curso por fechar. Pelo contrário, como disse o Deputado Zucchi: em uma população em que apenas 10% participam do ensino superior e desses, apenas 40, em universidades públicas. Não é possível fechar curso por fechar! Estamos realmente em uma situação delicada e precisamos pensar em uma forma mais racional.

Então, os cursos de Maringá estão sendo encaminhados.

A SRA. CIDA BORGHETTI

Faço, aqui, Sr. Secretário, em nome da Universidade Estadual de Maringá do Reitor, professor Gilberto Pavanelli, que inclusive esteve conosco há duas semanas atrás nesta Casa, explanando e colocando ao conhecimento dos Deputados e Deputadas desta Casa e a Presidência também, o potencial da nossa Universidade. E neste momento, inclusive a pedido do próprio Reitor, nós colocamos aqui que a UEM está aberta às negociações quando se refere a parte financeira e também a Universidade Estadual de Maringá, toda a região as suas extensões, espera que o Governo possa decretar a legalidade dos cursos.

Fica aqui, Secretário, o nosso respeito à sua pessoa, ao seu trabalho. Faço, também, minhas as palavras do Deputado Augustinho Zucchi que sabiamente pontuou a sua maneira como vem tratando o Ensino Superior do nosso Estado, visto pela sua experiência, pela sua dedicação. Também o Deputado Nishimori que é de Maringá, Padre Paulo que está aqui conosco e é da região, sempre

no tocante quando o assunto é Universidade, estão unidos, e entendo que toda esta Casa e os demais Deputados e Deputadas também querem o avanço do Ensino Superior no Estado do Paraná.

Agradeço a sua participação e também de toda sua equipe.

Muito obrigada!

O SR. SECRETÁRIO ALDAIR RIZZI

Agradeço!

Em relação ao que o Deputado Augustinho Zucchi comentou, nós comungamos da mesma idéia. O Ensino Superior é um dos instrumentos de desenvolvimento. Não dá para pensar que sozinho resolva o problema do mundo. Agora, todas as regiões do País, todas as regiões do Estado do Paraná, têm problemas específicos que qualquer curso superior se encaixaria adequadas às necessidades regionais.

Mas o que nós estamos falando, é que isso nós reconhecemos, estamos dizendo que o Governo Federal tem no Estado do Paraná no meu entender, uma dívida, nós temos que fazer com que se expanda o Ensino Público gratuito. Só que nós não temos no Estado do Paraná condições de fazer frente às demandas do Ensino Superior. Nós temos transporte, temos segurança, diversos fatores, áreas de atuação do orçamento que tem uma veiculação muito estreita. E sinto até de uma forma realista, dizendo isto. Preferia dizer, o contrário, - não vamos expandir todos os cursos, aprovar todos os cursos, mas quero exatamente ver as nossas Universidades de uma forma bastante consolidada; que nós possamos trabalhar no futuro ainda mais com as nossas instituições.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Gostaria de perguntar ao Secretário Aldair Rizzi, que tem nos preocupado muito a questão da falta de professores e eu lamento profundamente que ouvi o Secretário dizer, Sr. Presidente, que, ele pediu apoio à Bancada do Governo como se fosse um pedido de favor, um apoio para que a bancada ajudasse a convencer o Governador do Estado, Roberto Requião, a liberar o teste seletivo. Neste momento, entendemos que o próprio Secretário colocou no telão, que existe a falta de professores em todas as Universidades. Isto está caracterizado e é muito importante se colocar isso.

O Secretário coloca que tem falta de professores e colocou isso e pediu à Bancada que ajude a aprovar aqui através do Governador, que se libere a questão do teste seletivo.

Queria dizer ao Secretário que o que mais nos preocupa é o teste seletivo, porque ainda vai demorar trinta dias ou mais para sua realização. Nós estamos com a Universidade de Ponta Grossa completando um mês, sem aula. A Secretaria sabe que lá faltam professores, se são

130, 140, 160, mas que faltam mais 150, está provado que faltam.

Então, não consigo entender por que é que há esta birra de não autoriza a fazer o teste seletivo, porque autorizando, automaticamente não há necessidade de contratar esses professores. Se sobrar professores depois, dá para tirar alguns. Então não entendo o que há por trás disso, que não se contrata professores para essa universidade.

Essa seria a minha primeira pergunta.

A segunda, Secretário, o Sr. acabou de falar que a UNIOESTE está com problemas: falta dinheiro; problemas financeiros. Será que também não é hora de fechar a UNIOESTE, já que ela foi criada no final do Governo do PMDB, lá atrás? Reclama-se tanto que o governo anterior aqui criou cargos para fazer politicagem - pelo menos é o que eu mais escuto, e vejo até agressões ao próprio Deputado Plauto, que criou Medicina em Ponta Grossa - mas, vejo que no final do Governo do PMDB, o Governador Mário Pereira assinou um decreto e criou a Universidade de Cascavel, da mesma forma que criou-se a Universidade de Ponta Grossa e o curso de Medicina.

Eu perguntaria: não é por critério de eliminação, primeiro os mais distantes, não está na hora de primeiro voltar atrás e fechar aqueles que começaram primeiro?

Segundo, uma coisa que não me passa na cabeça: vão se fechar tantos cursos, aqui, em todas as universidades do Paraná. Mas, por que o Estado do Paraná - que se queixa tanto de cursos realizados pelo Governo anterior - neste novo Governo, resolve estadualizar uma universidade, como fez com a Universidade de Bandeirantes? Quer dizer, não tem dinheiro para tocar os atuais cursos, mas, qual o critério que o Governo tem para fechar cursos nas universidades antigas e pega uma universidade inteira e estadualizar? É isto o que não entendo.

E estas colocações é que me deixam preocupados, porque lá em Ponta Grossa, tem estudante andando com caixão do Requião de cima para baixo, tem acompanhamento em frente das universidades, tem cruzeiros em frente às universidades, na grande maioria dos cursos está faltando professores. E eu não entendo! Como neste momento, têm dificuldades as universidades? Têm! Têm problemas? Têm! Têm desvios? Têm! Nós acabamos de ver o Deputado Bradock dizendo que há desvios nas universidades, não só de Ponta Grossa, mas as outras universidades também! E isto está sendo investigado, começou hoje pela CPI.

Então, Secretário, eu queria saber porque é que o Estado, se o senhor já comunicou isto ao Governador, o senhor já tem esta noção de que precisa colocar professores em salas de aula, porque é que estamos esperando? Esperando o quê, Secretário?

O SR. ALDAIR RIZZI

Quería responder dizendo o seguinte: nós vamos encaminhar, estou pedindo para que nos acompanhem,

hoje, os Deputados da Base Aliada, porque hoje vou entregar ao Governador. E por isto a demora, Deputado, e o senhor já participou da reunião que tivemos na Comissão de Educação, junto com outro Deputado de Ponta Grossa, o Plauto Miró, e tem estas informações todas que estou lhe dando, mas estou lhe esclarecendo de novo, que nós terminamos hoje uma visita que foi feita para rever todas as questões do TIDE. Hoje, com todos os dados que temos em relação à carga horária do professor, temos condições de encaminhar agora ao Governo, um pedido de liberação das vagas, que têm “gorduras” e que nós revimos.

Então, vamos encaminhar junto com a Bancada - é neste sentido que estou dizendo - uma proposta para o Governador apreciar e poder, aí sim, definir em cima dos números que estou apresentando, a liberação dos professores. Nós sabemos, sim, que há professores faltando em Jornalismo, em Enfermagem. Eu recebi uma visita do curso de Enfermagem. Não estou querendo tapar o sol com a peneira, mas quero dizer que nós tínhamos que ter a visão do conjunto. Não podemos resolver o problema de Ponta Grossa! Não podemos resolver o problema do curso de Enfermagem de Foz do Iguaçu. Se não tivéssemos esta visão do todo. E esta visão do todo, nós estamos encaminhando hoje. Portanto, o teste seletivo, tenho certeza, estará sendo liberado pelo Governador a partir do momento, que ele tomar conhecimento dos dados que estamos apresentando-lhe, porque tem sido uma orientação do Governador. E, como homem público, que preza pelo dinheiro público, exigir dados que sejam realmente compatíveis com a realidade e com as condições orçamentárias.

O SR. JOCELITO CANTO

São muito diferente os números que os reitores lhe apresentaram, para o número que o senhor chegou?

O SR. ALDAIR RIZZI

Têm algumas diferenças. Bastante.

Posso adiantar e dizer-lhe que estamos encaminhando uma proposta de 1314 professores que havíamos solicitado; estamos encaminhando uma proposta de 690 professores. Com base e critérios claros, discutidos com todas as instituições, quem deve ser considerado, na carga horária, todos os reitores, pró-reitores, de recursos humanos, participaram da discussão, sabem dos critérios. Podem até não concordar com os critérios, mas todos têm transparente que o mesmo critério usado para um foi usado para todos. Com Ponta Grossa, Cascavel, com todas elas, e nós vamos encaminhar essa proposta. Vai ter uma redução e, evidentemente Ponta Grossa também terá redução.

O SR. JOCELITO CANTO

E o senhor acha que quando apresentar esse resultado o Governador...

O SR. ALDAIR RIZZI

Certeza absoluta, o Governador está mais preocupado que todos nós, em relação a questão do funcionamento da Universidade. O que ele quer é a transparência. E aí deputado Jocelito nós estamos pagando um preço caro, nós que eu dirijo: Governo do Estado, Universidades do Estado, por termos tido tanta desorganização. Eu nunca vi na minha vida, eu não sei como é que se tomavam decisões de ter uma bagunça generalizada nas nossas instituições, não é possível ouvir diretor de faculdade dizendo que curso não vai ter impacto orçamentário e ser aprovado com base de declarações, passado o único curso, e vou dizer qual foi Deputado, de Zootecnia de Castro, que teve o único que passou pelo crivo do CRAF, e foi negado por não ter condições orçamentárias e foi implementada da mesma forma.

Então, vejamos, nós estamos pagando um preço muito caro.

Temos certeza que tem prejuízo momentâneo agora?

Têm prejuízos, os estudantes, problemas econômicos, porque vêm de cidade de fora, de que se bancar, além da questão psicológica, emocional, também econômica, mas tenho certeza, deputado, que esse prejuízo vai ser compensado se nós conseguirmos organizar e articular a questão da pesquisa a qualidade de ensino das nossas instituições.

Portanto, essa é a explicação que eu tenho que lhe dar, por isso não foi feito, o Reitor Paulo Godoy encaminhou dia 18 de agosto o pedido, encaminhou: “Precisamos de tantos professores”. Eu solicitei; “Por quê? Dia 20 de dezembro nós pegamos a resposta, só que não tínhamos das outras universidades. Portanto, não é prevenção com ninguém: os critérios são claros, todos os Reitores conhecem tudo o que acontece naquela instituição e tem transparência total, desculpe, Deputado, por isso não aceito essa coisa de discriminação em uma ou outra universidade. E a UNIOESTE, o que eu falei é realmente que tem problemas no Hospital Universitário, como todos têm problemas de recursos. Tem problemas? Tem! Então, precisamos acertar a casa, também não fazer disso uma coisa que denigra imensamente a imagem das nossas instituições, mas temos que trabalhar sério para que haja transparência. E ao que eu estava me referindo é o trabalho da UNIOESTE, o Hospital Universitário que foi criado de uma forma atabalhoada, de uma forma em que tem dentro do próprio sistema da UNIOESTE, um sistema privado que tem lá dentro, que temos que nos organizar, mas não temos só o impacto para incorporar 137 médicos que estão contratados pelo SIZOP, hoje, demandaríamos um recurso da ordem de três milhões de reais.

Então, temos que ver por que essa dívida - e o senhor sabe que já teve irregularidades, inclusive o Reitor foi afastado, estamos agora com comissões de sindicância, estamos abrindo processo administrativo-disciplinar, nós não estamos discriminando ninguém e nem protegendo

ninguém, queremos a real situação e a clareza das coisas! Por isso não vamos pensar que tem que ser UNIOESTE primeiro, Guarapuava, Ponta Grossa ou qualquer outro tipo de instituição. Em relação ao curso de Bandeirantes, eu já tinha me antecipado porque já sabia que o senhor faria essa pergunta da mesma forma que fez na Educação.

Então, eu já lhe dei a explicação, agora é aceitar ou não. Eu já lhe disse porque, porque nós tínhamos acervo tecnológico extremamente importante. Veja o custo do Estado, sessenta e cinco professores mestres-doutores. Veja só como é que pensamos, vamos racionalizar a estrutura dentro do custo/benefício, nós achamos que aquela Faculdade era importante estatizar. Por quê? Porque nós faríamos uma readequação na UNIESPAR, teríamos uma economia, o senhor viu aí quanto que era a economia, teríamos a possibilidade de ter mestres-doutores sem o Estado investir na formação desses professores, teríamos pesquisas já ganhas, acumuladas, um aprendizado de pesquisa que é um acervo que não é possível deixar fora, e por isso que o Governador Requião adotou o critério de dizer que aquele curso que foi aprovado aqui nesta Casa no Governo anterior, deveria ser implementado.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (Pela Ordem)

Gostaria de cumprimentar o Secretário e agradecer pela vinda a esta Casa, porque muitos têm sido criticados injustamente por alguns Parlamentares. Foi bom esse esclarecimento. Sabemos do esforço que V. Exa. está fazendo. Tenho certeza que, após esses estudos e com esse Governo que governa com seriedade, as universidades terão outro rumo daqui para frente.

Gostaria de falar do curso de Enfermagem de Foz do Iguaçu. É um dos cursos que está para ser extinto, por ainda não estar aprovado. Solicitei à Universidade que fizesse um relato do que existe desse curso de Enfermagem. Não existia absolutamente nada. Lá existe um convênio com a prefeitura que está construindo uma infraestrutura para a Universidade. Tanto é que toda a estrutura da UNIOESTE de Foz do Iguaçu foi construída no meu mandato, pela prefeitura. E agora no mandato do atual Prefeito, que é meu filho.

Estou trazendo o relatório para esse curso de Enfermagem, que bastará tão somente o custeio dos professores. Todo o resto será por conta da Prefeitura de Itaipu, e a comunidade podendo viabilizar o curso de Enfermagem.

Parabéns, Secretário, lá em, Foz do Iguaçu estamos cuidando, estamos ajudando sem fazer barulho, para que o Governo possa cumprir com seus compromissos.

Muito obrigado!

O SR. ALDAIR RIZZI

Deputado Dobrandino, talvez o senhor tenha pego o espírito da nossa situação.

O curso de Enfermagem foi criado como uma extensão e se tornou permanente. Tem Filosofia em Guarapuava, que já tem toda a estrutura montada, não precisa mais recursos. Preciso ter essa informação. O curso de Zootecnia em Castro tem uma estrutura que já avançou bastante e talvez um investimento pequeno possa dar, para a região, um potencial enorme.

É bom mudar a forma, não tem nenhum curso fechado, pedimos um tempo para poder organizar! Quem está preparando esses relatórios são as reitorias, os argumentos e as comissões que formaram internamente para defender seus cursos, que é o legítimo e têm que estar envolvido com a comunidade.

E vamos dizer: dos argumentos que foram apresentados, esses podem ser utilizados e alguns não temos condições.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, caro Secretário Rizzi.

É com alegria que esta Casa o recebe nesta tarde para os esclarecimentos que eram necessários, tendo em vista o momento que o Paraná vive e, principalmente o Ensino Superior, onde temos falta de professores, turmas sem ainda iniciar as aulas. Pudemos constatar isso na companhia do Deputado Tadeu Veneri, Presidente da Comissão de Educação desta Casa - eu como membro - as dificuldades que vivem as instituições de Ensino Superior. Os seus números são conhecidos da Casa e são muito próximos deste Deputado, porque venho há tempo analisando a questão do ensino superior no Estado do Paraná, fui autor de um requerimento para instalação de uma comissão especial de investigação das instituições de ensino superior mantidas pelo Estado do Paraná e que, hoje, essa documentação toda foi passada para o Deputado Bradock, que é o Presidente da recém-instalada Comissão Parlamentar de Inquérito que vai apurar as possíveis irregularidades em nossas instituições.

Existem irregularidades?

Talvez existam. Chegaram denúncias até nós, não pudemos naquela época obter nenhuma comprovação, por falta até de assessoria técnica. Acredito que a CPI vai levar à frente esse trabalho e vai encontrar.

Creio que não temos nenhuma dúvida quanto aos números que o senhor colocou: número de cursos, criação de novos cursos, como foram os acontecimentos do ensino superior nos últimos anos.

Queria, aqui, Sr. Secretário, Sras. e Srs. Deputados, ressaltar o avanço que existiu no ensino superior do Estado do Paraná nos últimos oito anos. Se pegarmos os números de mestres e de doutores dos últimos oito anos, vamos ver que é significativo o aumento em todas as instituições de ensino, e mais ainda, Sr. Secretário, temos os números que não mentem dos investimentos que foram realizados pelo Estado no ensino superior: em 1994 gastou-se com ensino superior 77 milhões de reais; em 2002, 352 milhões que foram gastos no ensino supe-

rior. Numa demonstração de que houve um avanço, foram criados cursos, foi dada oportunidade para os professores aprimorarem-se e o Estado teve condições de suportar esses gastos, porque durante esse período também o Estado teve um crescimento na sua receita, principalmente na mais importante que é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Então, quero lhe dizer: nesse período tivemos um incremento nos gastos com ensino superior.

Quero, aqui, para que nós passemos a analisar só o momento atual, tendo em vista que o Sr. Secretário vem do meio universitário, só que talvez o senhor talvez não seja conhecedor de como surgiram as instituições de ensino superior no Estado do Paraná.

Quero, em defesa da UNICENTRO que tem sede na minha cidade de Guarapuava, cidade que deu-me 80% dos votos que me fizeram chegar a esta Casa, a UNICENTRO foi criada por um Decreto do Governador Álvaro Dias em 1990, mais precisamente no mês de junho de 1990, período eleitoral, eu era Prefeito de Guarapuava e estiveram lá o então Governador Álvaro Dias; o então candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Sr. Roberto Requião; o então Deputado Estadual, Sr. Artagão de Mattos Leão, pai do ilustre Deputado desta Casa, Artagão Júnior, hoje Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e eu, Prefeito de Guarapuava. Criaram a UNICENTRO naquela tarde.

O Governador Roberto Requião ganhou as eleições. No seu período de Governo ele não reconheceu a instituição que criou naquela data. Terminou o seu Governo, assumiu o outro, que herdou as mesmas questões que o senhor colocou agora.

Nós herdamos; eu fazia parte do Governo, diversos cursos recém-criados. Enfrentamos greves de professores, que também tinham os seus salários achatados. Não só os professores como também o pessoal técnico. Recebemos, jogado ao nosso colo, o curso de Medicina lá na UNIOESTE e nem por isso foi extinto qualquer um dos cursos; nem por isso foi suspenso o vestibular de qualquer instituição em qualquer curso.

O que nos causa surpresa, Sr. Secretário, é que numa atitude de Governo, faz-se a suspensão de vestibulares em diversas instituições do Estado do Paraná.

Quero lembrar mais ainda, não podemos perder a memória, Sr. Secretário. Não cobro do senhor. O senhor não estava envolvido na campanha eleitoral. Mas, o Governador Roberto Requião, na última campanha eleitoral, em Guarapuava, em praça pública, perante mais de vinte mil pessoas, estavam lá presentes os Deputados Alexandre Curi e Artagão Júnior, o Governador Roberto Requião disse que se fosse eleito, em seis meses ele instalaria o curso de Medicina na UNICENTRO, que já estava autorizada pelo então Governador Jaime Lerner.

Passaram-se seis meses, fizemos comunicações, correspondências ao senhor e à S. Exa. o Governador do Estado e fomos informados que o curso não seria instalado.

pergunta. Por que Londrina teve apenas um curso não oferecido?

O SR. ALDAIR RIZZI

Respondendo, eu acho que tem muitas coisas que o senhor colocou, Deputado, em relação ao papel do ensino, que estamos plenamente de acordo e até fico feliz de ouvir que o senhor é uma pessoa que se empenha em defesa do ensino superior.

No entanto, eu acho que tem que tomar cuidado com algumas comparações, por exemplo, não é possível fazer comparações e eu não tenho os números, infelizmente, com recursos próprios. Recurso próprio é uma projeção que se faz em relação ao que se pretende arrecadar, isso entra no orçamento. E recurso próprio, comparar com a Universidade Estadual de Maringá, com a UEL, com a Universidade UNICENTRO é totalmente inadmissível, sabe por quê?

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Um momento, eu não falei de recursos próprios, falei de recursos repassados pelo Tesouro, Sr. Secretário, e mais ainda, não me referi a recursos do Hospital Universitário. Do Hospital Universitário eu tenho aqui o orçamento, chega a 80 milhões que serão repassados para o Hospital Universitário de Londrina.

O SR. ALDAIR RIZZI

Então eu compreendi errado o que o senhor estava dizendo, e se o senhor prestou atenção à nossa exposição eu acho que o problema é o seguinte: - tem um ponto que há desequilíbrio entre distribuição de recursos, uma coisa é a questão de pessoal, tem pessoal, tem que pagar o pessoal e o orçamento é daquele jeito porque eles estão lá trabalhando.

O que estamos fazendo agora, é o que o Governador Requião está pedindo, é uma regulamentação de cargos administrativos e dos professores para ter a transparência e saber exatamente qual é a despesa, em todas as instituições.

Isso é um avanço significativo, o senhor há de concordar com isso.

Segundo, o orçamento de custeio é um orçamento que entendemos pequeno diante das necessidades das instituições todas. Eu já disse, na minha exposição, em 2003 foram executados 93 milhões de reais. Destes, 33 milhões de reais foram custeados pelo Tesouro. Mesmo que seja pouco, nós não conseguimos entender como o Governo anterior fez uma distribuição que passava e muito, desculpe, eu não sei aqui dizer quem é aqui da Base de Governo ou não, mas quero dizer o que passava de balcão, o que passava de lobby político, acerto fechado com o Secretário. Isso nós queremos acabar!

Não arrumamos a casa ainda, mas estamos propondo e o senhor deve ter prestado atenção, um modelo de distribuição de recursos de custeio e já está aprovado por todos os reitores, para saber exatamente qual é a

forma e a transparência, o que cada universidade deve receber. E todos os indicadores, eu pedi para um consultor, ele fez um modelo que não resolve os seus problemas, modelo matemático não resolve e há divergência de determinados critérios mas foi aceito e há uma transparência absoluta e ninguém mais vem na Secretaria tratar de recursos isoladamente. Ninguém mais! Mesmo nos projetos que o Governador Requião e aí eu quero dizer o seguinte: se há uma preocupação que o Governador Requião não gosta de universidade, isso é mentira! Ele determinou que os recursos do Fundo Orçamentário, do Fundo Paraná, praticamente 40 milhões de reais fossem destinados às universidades e institutos de pesquisa, de uma forma direta.

Também, Deputado, gostaria de dizer que a questão, então, do orçamento, talvez este ano ainda fique mal distribuído, mal equilibrado mas, seguramente no ano que vem, nós vamos ter um modelo que vai dizer quanto é a participação em cada universidade e das instituições.

Em relação ao curso de Medicina, vou assumir aqui a responsabilidade, eu fiz, como fiz no curso de Medicina de Ponta Grossa, um debate, trazendo todas as pessoas: - Conselho Regional de Medicina; Federação dos Conselhos, Federação Médica, chamei todos os reitores, e foi aí que nós definimos a inviabilidade de se constituir pelo investimento necessário para manter qualidade no ensino superior. Isso submeti, e não sei se está definido pelo Governador, mas a nossa sugestão é que não se abra curso de Medicina na UNICENTRO por razões que o senhor há de concordar que são bastante evidentes. E os demais cursos, os cursos de questões específicas, estou pedindo para as Reitoras, se elas trouxerem até a época necessária para abrir vestibular e nos comprovarem que têm essa condição e junto com o Estado, junto com a comunidade, junto com o envolvimento da sociedade com a possibilidade de captação de recursos do Governo Federal de manter os cursos, alguns sabemos que já têm, porque não precisam investimento, claro que vai ter vestibular. Não vamos ser catastróficos.

Estamos tomando atitudes energéticas, duras, mas sabemos que algumas podem ser temporárias e outras podem ser definitivas. Penso que não há necessidade de termos cursos repetidos, duplicados de uma região próxima a outra. Vamos ter que analisar com calma, com cuidado. Não sei lhe dizer, depende muito do esforço da comunidade de trazer isso para que a Secretaria possa fazer um relatório e apresentar para o Governador a viabilidade dos cursos que estão sendo discutidos, a suspensão do vestibular para este ano. Esperamos ter condições de rever isso e tornarmos permanente para o resto da vida de uma forma bem coesa e bem consolidada.

A questão dos cursos da UEL, e da UEM: a UEL, no ano em se expandiram os cursos, que foi em 2002, um ano bastante eleitoral. Sofreu internamente um processo de impeachment do Reitor - que não foi beliscar (digamos assim) os benefícios do Governo passado, induzindo

as Universidades através da autonomia a criar cursos. A lei de autonomia diz que as universidades poderiam criar cursos que elas sustentassem. E nas correspondências trocadas entre a UEM e a Secretaria anterior, dizendo: “não aceitamos o Governo do Estado nos forçar em abrir cursos e não cumprir com sua obrigação de dar investimento”. Aí a resposta: “...põe no orçamento de 2003”. O orçamento foi inflado de uma maneira que chegou a 33 milhões de reais só para investimento, o que não foi cumprido! Por que não foi cumprido? O rombo nas contas de pessoal chegou a 25 milhões só nas Universidades. E, no conjunto do Estado, 600 milhões! Teve que se fazer um esforço sobre-humano para se remanejar recursos, inclusive de investimento das próprias instituições.

Os professores desses cursos novos são poucos mestres e doutores. Alguns estão funcionando de uma forma precária e não sei onde vamos parar. Alguns, só com professores colaboradores. O Governo anterior não tomou atitude durante cinco anos, de submeter ao Governo um programa de regulamentação de cargos e salários.

Segundo, não teve a iniciativa de dizer: está criado e tem condições orçamentárias. E o teste seletivo se realizava assim: o Governo dizia: faça teste seletivo, mas eu digo que não, porque não posso dizer que faço o teste, vou fechar o olho porque o Tribunal de Contas está pegando. E as reitorias, obviamente, faziam o papel que tinham que fazer, porque se os cursos foram criados, tinham que ter professores. Contratavam de uma forma seletiva, uma forma ilegal. Todas as contratações foram glosadas pelo Tribunal de Contas.

Eu não gostaria de estar aqui dizendo que vamos ter que suspender vestibular, mas administrar um quadro tão caótico, que foi a questão do ensino superior... Tem que se ter essa compreensão para podermos tomar a iniciativa, ir para o Governo Federal, discutirmos possibilidades e exigirmos a nossa contrapartida. Acho que o caminho não é a federalização. Temos que ter outras formas, porque o Governo Federal entrou também em uma situação difícil do ponto de vista do modelo econômico herdado.

E o governo brasileiro, neste momento, está também se remontando e pensando de uma forma de expandir o ensino superior que é muito pouco no Brasil. Para isso, para fazer uma federalização, aqui, teria que ser assim: demite-se todo mundo e faz-se novos concursos. Isso seria uma inviabilidade na forma de concurso, inclusive trazendo outras pessoas, e perderíamos muito no acervo que temos talvez de conhecimento acumulado.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Gostaria de um minuto, a título de esclarecimento. A questão da regularização dos cargos criados nas universidades não datam, apenas, de oito anos atrás. Isso ficou no ar, parecia que era uma questão herdada há 8 anos. Isso está perto de 20 anos, têm pessoas já quase se aposentando e não havia no quadro do Estado o provi-

mento daquele cargo! É uma questão que se arrasta há muito tempo.

O SR. ALDAIR RIZZI

Só para esclarecer a questão dos cargos. Quando foram transformadas as universidades, as fundações em autarquias, havia a interpretação e o Tribunal reconhecia que não havia a necessidade de criar junto os cargos. A partir de 95 a 97 houve, por parte do Tribunal, o entendimento de que estava tudo ilegal e não autorizava mais concurso. Todos os reitores se organizaram e solicitaram um encaminhamento. Tenho todos os processos, os pedidos de solicitação ao Secretário anterior para encaminhar e resolver esse problema é lá atrás, mas a forma de resolver ficou desde a metade dos anos 90 para a frente, há 7 anos, coincidentemente com o governo anterior. Não estou querendo jogar a culpa toda no governo anterior, estou dizendo que teve esse problema e interprete-se como quiser. Estou dizendo que tecnicamente foi esse o problema. Então temos, nesse período, a grande sensibilidade do Governador em reconhecer esse processo e sancionar a lei, em dezembro do ano passado.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (Pela Ordem)

Peço pela ordem, uma vez que foi citado o nosso nome no pronunciamento do Deputado Fernando Ribas Carli. É importante frisar a alegria que temos de participar, efetivamente, da política do Estado do Paraná. A primeira faculdade de Guarapuava foi criada pelo então Senador João de Mattos Leão. Posteriormente, como foi colocado pelo Deputado Fernando Ribas Carli, houve a criação da UNICENTRO, projeto esse feito pelo então deputado Artagão de Mattos Leão. Mas, como aparteu o Deputado Fernando Ribas Carli buscando o esclarecimento no momento que lhe convinha, na questão do quadro de cargos dos professores do ensino estadual, é importante também esclarecimentos, porque parece que essa informação não lhe convinha, a questão de reconhecimento da UNICENTRO feito pelo então Governador Jaime Lerner.

Por que isso aconteceu, e por que o Governador Roberto Requião não o fez durante seu mandato? Porque, para se fazer o reconhecimento de uma universidade, depende do encaminhamento feito pelo Conselho Estadual de Educação. Esse encaminhamento, esse documento foi feito no ano de 1995 e só então foi encaminhado para o Governador na época, já Jaime Lerner.

Por isso, e tão somente por isso, o Governador Roberto Requião não fez o reconhecimento da universidade na época.

A impressão que o Deputado Fernando Ribas Carli deixou clara, é que o então governador à época da criação, Álvaro Dias, e o candidato à sucessão, Roberto Requião, tinham um interesse político, uma vez que criaram universidade em julho de 1989, fato esse que também não é verídico e que o Deputado Fernando Carli conhece muito bem, porque o desenvolvimento de pro-

Só queria dizer, Deputado que, acho que os reitores, evidentemente terão todo interesse de participar e defender; acho importante. É importante que se crie o hábito de discussão sobre a questão das universidades. Nada melhor do que aqui na Assembléia Legislativa ter essa discussão, inclusive discutindo essas questões vinculadas à região, as questões dos investimentos realizados.

Por isso, digo, cada caso é um caso. Nós vamos ter que levar em conta não só essas questões, como também acho que é fundamental a questão do interesse regional, interesse público. Como lhe disse, nós não podemos achar que toda região, para se desenvolver, vai precisar de uma universidade. Acho que essa discussão deve ser feita num espaço mais curto possível de tempo, para que possamos tomar as decisões mais rápidas.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Quero aproveitar para registrar a presença do Deputado Federal Ricardo Barros.

O SR. ELIO RUSCH

Vou tentar ser bem objetivo, uma vez do adiantado da hora. Alguma coisas, Sr. Secretário nos causam estranheza, diante das atitudes que o Governo do Estado, através da sua Secretaria, mas especificamente hoje em relação à Ciência e Tecnologia, na qual o senhor é titular.

O senhor disse na sua explanação, que na verdade encontrou a sua Secretaria completamente bagunçada em termos simples. Não consigo entender como é que uma Secretaria de Ciência e Tecnologia esteja bagunçada e quando você não tem uma qualidade de ensino quando há cem instituições pesquisadas e avaliadas pelo MEC no Brasil, as Universidades do Paraná, a UEM, UEL, Universidade de Ponta Grossa, sempre ficaram entre as vinte melhores do Brasil. Essa é a primeira indagação que a gente faz.

A segunda, é que a própria Secretaria, o Governo do Estado e o senhor, têm esses números melhor do que eu. Até 1994/95 se gastava 70 milhões com o terceiro grau. E quando o atual Governo assumiu, em 2002, acho que se gastou trezentos e cinquenta milhões de reais, se multiplicou por cinco esses investimentos. Alguém já disse hoje, e o governo fala muito sobre isso que o Paraná gasta quinhentos milhões com ensino superior, enquanto que o Rio Grande do Sul estaria gastando algo em torno de trinta milhões de reais.

Acho que o que o Paraná precisa e o nosso Governador, que já foi Senador da República, e hoje mais do que nunca afinado com o Governo do Estado, deveria fazer com que fossem federalizadas algumas instituições, fazer com que o Governo Federal pudesse desonerar os cofres do Estado do Paraná, na questão da Educação.

O que me causa estranheza, também, é fechar dois cursos. Não é minha região, mas vou citar, para não falar do Oeste, da UNICENTRO; vamos falar de Cianorte, que tem aproximadamente 70 mil habitantes. Destes, 25 mil funcionários trabalham na questão do vestuário. Ora! Lá

fecharam dois cursos importantíssimos: Desgin e Moda! Quer dizer, a economia de Cianorte e daquela região estão pautadas, exatamente no vestuário, e o Governo do Estado fecha, neste município, dois cursos que vêm de encontro ao desenvolvimento sócio-econômico daquele município e daquela região.

São estas questões, e nos perguntamos, muitas vezes: o que é que está acontecendo nisso aí? E com o ensino público, no Paraná?

O senhor foi muito feliz quando disse que no Governo passado criaram-se quase cem cursos de 3º grau. Ora! Também aumentou o número de alunos que nós tínhamos, em 1994, 45.661 alunos, Em 2001, tínhamos 61.046 alunos.

Agora, é importante quanto mais cursos nós tivermos. E o Deputado Fernando Ribas Carli foi feliz quando disse que a UNICENTRO tem o menor índice de desenvolvimento humano. E de repente, nós fechamos - não sei quantos - cursos na UNICENTRO! São estas perguntas que ficam no ar.

O Senhor falou, também, na questão da UNIOESTE, que parece que tinha um sistema privativo lá dentro, que parecer que tinha que ser apurado.

Não sabemos o que existe, mas, será que ao fechar 43 cursos nós não estamos encaminhando para a privatização da Educação em nosso Estado, não dando mais condições às pessoas carentes, que precisam da educação gratuita, e nós fechamos esta oportunidade para estes estudantes?

E, por fim, Sr. Secretário, o Governador do Estado do Paraná alega que os cursos foram criados com fins eleitoreiros. Ora! Se os cursos foram criados com fins eleitoreiros, nós temos que fazer uma reavaliação e uma retrospectiva da criação! E o deputado Fernando Ribas Carli também já fez menção a esta questão, quando foi criada a UNICENTRO; a UNIOESTE foi criada e incorporada e a 23 de dezembro de 1994, no término do mandato do Governador Roberto Requião, que não era mais Governador, que era o Mário Pereira, e, faltando poucos dias para o término do mandato do Governador, mesmo assim se cumpriu tudo isto.

Agora, se fala, se criaram os cursos politicamente. Quais foram os cursos criados politicamente, efetivamente? Daria para citar alguns?

O SR. ALDAIR RIZZI

Jamais negamos. Pelo contrário, nos orgulhamos que tem cursos que se destacam a nível nacional e internacional. O que eu disse que estava bagunçado, foi no sentido de que não tínhamos uma articulação para políticas públicas, e para se tê-las, significa conhecer a estrutura. O Estado não tinha este conhecimento, não tinha uma base de dados. Estamos tentando construir uma base de dados, informações, para fazer bons diagnósticos, para poder definir políticas. Este é o reconhecimento total das nossas reitorias, inclusive, nesse sentido da desarticu-

lação entre o que se fazia nas universidades e o que se pretendia com o Estado.

Estamos trabalhando de uma forma harmônica, diga-se de passagem, com todos os reitores, nesse Conselho, de forma a recuperar essa questão, preservando esta preciosidade que é a autonomia da universidade e preservando este grande patrimônio que nós temos. Aliás, o Governador Requião, diz 500 milhões, e na verdade eram 600 milhões, se se considerar os recursos próprios do Tesouro, 433 milhões.

E o Governador tem dito várias vezes que ele tem orgulho de ter investido e quer ter mais orgulho de investir 500 milhões nas universidades, mas sabendo que tem uma transparência e uma forma de bem administrar estes recursos,

Uma outra questão é a seguinte: não estamos fechando cursos, está tendo uma dificuldade de se entender, nós estamos dizendo, vamos avaliar caso a caso, o mais rápido possível, e dependendo aí, o trabalho das Reitorias.

O caso de Cianorte nós entendemos que deve ser considerado também ingrediente do ponto de vista regional; eles pediram cursos noturnos, aliás, eu conheço, fui lá em Goioerê. Dá para fazer um arranjo produtivo local espetacular: esses pontos que devemos ter consideração, porque tem Goioerê que tem a indústria têxtil, tem a confecção de Cianorte, tem os alunos de Designer e de Moda que poderíamos até pensar em, no futuro, ampliar para o noturno essas questões, mas desde que tenhamos condições orçamentárias.

É evidente que queremos ampliar o maior número possível de universitários, expandir o número de alunos, ótimo! Agora, aonde que vamos expandir mais? Com quais recursos?

É isso que eu estou colocando. Não estamos contra a expansão de cursos, entendemos que é fundamental o ensino superior, e eu fico contente de ouvir isso, mas temos o limite orçamentário, e como vamos expandir?

O Governo Federal prioritariamente tem que investir no ensino superior, prioritariamente o Governo Federal. Tem essas diferenças portanto, e eu acho que tem casos citados de coisas eleitorais que talvez fosse um pouco até indelicado, mas eu sei, por exemplo que em cursos, e não significa que esses cursos devam ser fechados não, eu sei que há depoimentos e depoimentos de Umuarama; terminando o curso e o curso ter sido sugerido e aprovado pelo Governo para ser encaminhado dois cursos que não tinham condições.

Isso não significa, Deputado, que esses cursos não possam ter condições de sobrevivência e de permanência; depende aí a questão de quanto foi investido, o esforço da comunidade que teve, por exemplo, em Umuarama, treze milhões de reais a comunidade já investiu, temos todas essas informações, vamos ver a questão do interesse público regional, vamos ver o

quanto falta para investir, e daonde podemos retirar recursos. Ninguém está dizendo: “fechamos os cursos e vamos relegar Cianorte ou qualquer outra região”, há a questão do sub-emprego, da sub-renda, ou de levar à região que seja uma região deprimida do ponto de vista econômico. Não é essa a questão. Então, estamos atentos a essa questão, e acho importante a sugestão do Deputado que os Reitores venham aqui e coloquem essas questões para terem inclusive argumentos e a força da Assembléia Legislativa na discussão desses elementos, que são importantes para a discussão.

O Sr. Elio Rusch

Sr. Presidente, só para refletir a colocação que V. Exa. fez antes em relação ao impacto orçamentário e financeiro que os cursos que foram criados que não tinha sido feita uma previsão. Eu o admiro como profissional, mas V. Exa. faz parte de um Governo todo, então, a questão é a seguinte: como é que fica o Governador Roberto Requião nessa história, o senhor disse que o Governo passado não fez o estudo do impacto orçamentário e financeiro dos cursos que foram criados pelo ex-Governador, e como é que fica o atual Governo, que não é da sua Pasta, quando ele aprovou na Assembléia Legislativa, fez um acordo com a APP-Sindicato do Estado do Paraná para que a Assembléia Legislativa aprovasse um plano de cargos e salários com efeito retroativo de fevereiro, nós aprovamos e o Governador vetou dizendo que não tem o dinheiro para pagar! E ele fez esse acordo! Será que não faltou planejamento, por esse Governo? Não é da sua Pasta, só fica essa colocação registrada nesta Sessão também.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Com a palavra, deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI

Secretário: primeiro, quero cumprimentá-lo pela possibilidade de fazermos esse debate por uma razão bastante simples, nós já tivemos oportunidade várias vezes de estarmos juntos, nem tudo nós temos concordância, o senhor sabe disso, mas eu acho que o clima de debate que nós estamos conseguindo estabelecer com a comissão de educação indica que nós estamos no caminho correto, até porque Secretário, tenho tido a oportunidade, nesses 14 meses que estou aqui na Assembléia na Comissão de Educação, de ter tido a generosidade dos Deputados que compõem a Educação, e de ter tido a oportunidade de ouvir em diversas cidades algumas das aflições que hoje tem o ensino superior, e compartilho algumas delas com o senhor.

Sabemos que em anos anteriores não conseguimos ouvir, nem mesmo durante a greve dos 179 dias, o Secretário da Tecnologia, nesta Casa. Foi uma greve longa, difícil, uma greve que desestruturou parte do Ensino Superior.

Claro que estamos tendo problema e os 690 professores contemplam todos os cursos. Claro que não contemplam - e não poderia contemplar - a Faculdade de Jacarezinho, por exemplo, que tem duas horas e meia de hora/aula e pediram dezessete professores. Então, isso tudo foi feito com critérios, mantendo a estrutura da carga horária atual e também estabelecendo critérios de que aqueles professores que saem para mestrado e doutorado, o próprio departamento assuma e defina o quantitativo de professores que podem sair para qualificação. Nós temos departamentos que mandam de 20 a 30% dos professores, temos, hoje, 550 professores em qualificação e isso representa aproximadamente 10% do quantitativo de professores; dá uma média. Algumas universidades adotam 15, outras 10. Então, precisamos fazer isso homogenizado, há políticas claras sobre isso para não prejudicar a qualificação, para não prejudicar a pesquisa.

A questão do TIDE da profissão, também vai fazer parte do processo de avaliação, porque têm professores que podem dar mais aula, têm professores que dependendo da avaliação podem ter uma carga horária reduzida, dependendo da circunstância.

Acho que isso é um processo de avaliação que vamos ter que criar, não da Secretaria para baixo, mas criar uma forma que venha das próprias universidades e elas façam isso como um processo pedagógico de auto-reflexão, não é um processo imposto de como deve ser a avaliação, mas, eu acredito que o processo vai ser construído de uma forma coletiva. Senão, não tem sentido, você está não só desrespeitando a autonomia, mas ao mesmo tempo, agindo de uma forma incorreta, achando que no Gabinete se define os processos de correção, dos rumos que as universidades têm que ter.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Secretário, muito obrigado por sua presença aqui. Satisfaz-nos a sua firmeza, a sua franqueza com relação à nova política pública do ensino superior do Paraná.

Sabemos que há, realmente, um planejamento no sentido de acertar na política do ensino superior e esse debate está contribuindo com isso. A clareza com que V. Exa. coloca e a grande preocupação é que é uma decisão que tem que ser tomada imediatamente com relação ao teste seletivo. A situação emergencial V. Exa. já sinalizou, deve acontecer em breve.

O que quero colocar é o seguinte: A Universidade do Oeste do Paraná e também a Universidade de Guarapuava, são universidades mais jovens. E, dentro desse planejamento que é perfeito diagnóstico, curso por curso, na realidade só assim pode implementar uma política pública eficiente do ensino superior. Que se leve em consideração exatamente essa questão do contingente popu-

lacional, a juventude, porque uma universidade consolidada tem condições de prestar mais serviços à comunidade. E as outras que não estão consolidadas, em tese deveriam ter uma atenção diferenciada sem, naturalmente, querer criar confusão com as co-irmãs que em tese têm uma estrutura muito maior, como é o caso da UEM, da UEL e da UEPG.

Nós, do Oeste do Paraná - não é fazer discurso bairrista nenhum, mas considerando a questão de todo esse planejamento, esse diagnóstico, curso por curso, que se leve em consideração na hora da composição do orçamento, a consolidação dessas universidades que são mais jovens e têm toda uma demanda regional que deve ser atendida sem prejudicar as outras co-irmãs.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Secretário Rizzi, é uma satisfação grande participarmos deste debate.

Quero dizer-lhe, deve ser difícil estar no outro lado do balcão. O senhor foi Reitor muito tempo, da Universidade Federal. Com certeza foi um reitor atuante, pelas informações que temos.

Deve ter lutado junto ao Ministério da Educação por muitas vezes, para conquistar cursos para a Universidade Federal do nosso Estado. Neste momento, está do outro lado do balcão, e não é fácil!

Falando dos cursos fechados, em Ponta Grossa são nove. Começou com o curso de Medicina que nos primeiros dias do Governo Roberto Requião - nós estivemos juntos com o senhor, com o Secretário Maurício Requião, e visitamos as construções, o laboratório e lembro-me perfeitamente que ficamos convencidos de que o curso tinha condições de ter continuidade. O Secretário Maurício Requião, lembro, estava do seu lado, ligou para o Secretário Arzua pedindo liberação de recursos para o pagamento de uma parte dos equipamentos que estava vencendo naqueles dias na universidade.

Lembro-me perfeitamente, inclusive foi divulgado na imprensa da cidade de Ponta Grossa, que o Secretário Rizzi e o Secretário Maurício Requião, saíram convencidos da viabilidade do curso na Cidade de Ponta Grossa, na nossa UEPG.

Passaram dias, acabou tendo uma mudança radical e o Governador drasticamente, sem conversar com ninguém da Cidade de Ponta Grossa, acabou tomando a atitude e fechou lá o curso de Medicina. Em seguida, estamos vendo mais oito cursos: curso de Enfermagem, curso de Zootecnia e outros que foram fechados!

O que posso lhe falar? Um curso como Jornalismo, que não está na lista dos cursos que não deverão ter sua continuidade, está sem professores! Um curso de vinte anos! Estão lá os outros aguardando a contratação dos

professores, muitos deles se aposentaram, outros morreram, outros foram para a iniciativa privada e nós não estamos vendo resultado positivo nenhum!

O curso de Enfermagem está sendo fechado. Está no terceiro ano e os alunos não sabem o que fazer, porque estão na cidade gastando; não têm professores; muitos de outras cidades morando no Município de Ponta Grossa, não sabem o que vai acontecer na vida deles. No curso de Zootecnia na Cidade de Castro, vários alunos de outras cidades e até alguns de outros Estados, estão lá aguardando a bela vontade do Governo do Estado para que lhes digam o que vai acontecer com eles. Eles não sabem e estão lá perdidos!

O senhor esteve aqui na Assembléia há mais ou menos quinze dias atrás, e disse que até o final do mês - hoje é o final do mês - o senhor teria uma solução para os cursos e que a sua Secretaria estaria fazendo levantamento para ver qual seria a viabilidade de cada um. O senhor falou, está gravado nos Anais da Casa, naquela audiência, que estaria buscando a solução até o final deste mês.

Enfim, já chegamos no final do mês e não temos nenhuma solução, continua o mesmo discurso da falta de dinheiro e daí nós vemos o Estado estadualizando a Faculdade Luiz Meneghel, que era uma Fundação mantida pela família Meneghel lá no Município de Bandeirantes e as informações que temos é que são quatro milhões e meio de reais que estão sendo investidos para estadualizar aquela antiga Fundação e agora uma Faculdade Estadual! Escutei o Governador Roberto Requião - perdoem-me os Deputados do Litoral, Deputados Leite e Nelson Justus - querendo criar uma nova Universidade no Litoral do Estado do Paraná!

Quer dizer, são dois pesos e duas medidas! Os cursos que aí estão não podem continuar porque o pedido de abertura foi feito em período eleitoral! Da forma como colocam, parece que todos os Reitores são irresponsáveis de terem conquistado, lutado para que as universidades pudessem ter mais cursos. Quer dizer, não dá para entender mais nada! O que entendo de tudo isso é que as universidades estão paradas, os alunos estão sem aulas, em vários cursos foram interrompidos os concursos do vestibular e os alunos não sabem o que fazer: na minha avaliação, virou uma baderna.

Agora eu estava em Ponta Grossa, participando de uma CPI, e os alunos estavam lá fazendo uma grande movimentação. Os alunos de Jornalismo, que já faz vinte anos que o curso funciona e agora parou, porque não se autoriza que seja feita a contratação dos professores e que há necessidade, porque hoje nós temos somente oito professores no curso de Jornalismo.

Enfim, o que é que vai acontecer? Quando vai se resolver toda essa situação que estamos vendo? Falo aqui em defesa da UEPG, em defesa dos cursos fechados, do curso de Medicina, das universidades do nosso Estado do Paraná! Então, a pergunta que tenho que lhe fazer é,

quando vão resolver esse problema que está cada dia ficando mais difícil, mais problemático para os alunos e parece que a solução nunca vem? Vamos dar mais um tempo, e já estamos no mês de abril e até agora, de concreto, praticamente nada!

E quero saber também da sindicância que a sua Secretaria, em conjunto com a Secretaria da Administração, a Secretaria da Fazenda, fez com relação às denúncias que existiam na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Pelas informações que tive e recebi, que não são oficiais, parece que nenhuma daquelas denúncias que foram lá investigadas através de uma sindicância é verdadeira, chegaram a um resultado positivo. São informações que tive na Secretaria da Fazenda e acho que o senhor poderia falar sobre isso.

O SR. ALDAIR RIZZI

Bom! Primeiro quero fazer um esclarecimento, porque não fui Reitor, fui pró-Reitor e vice-Reitor, junto com o atual Reitor.

Bom, Deputado, honestamente fui lá, visitei a Universidade Estadual de Ponta Grossa, foi um dos primeiros dias que assumi, o senhor estava lá na Mesa, lembro-me também do Deputado Jocelito que estava junto, mas eu não fui fazer a avaliação do curso de Medicina. Não lembro, honestamente, de ter dito que o curso de Medicina estava pronto para funcionar! Nisso, nós provocamos um debate nacional, um debate onde veio o Reitor e o Governador, foi no debate, e eu até já disse isso e estou repetindo, mas foi feito um debate, trazido todos os Reitores de todas as universidades que tinham curso de Medicina, expondo os problemas, tivemos a avaliação da classe médica, a avaliação da comunidade foi discutida - talvez não na profundidade que fosse necessária, mas foi discutida, foi aberto o debate! É evidente que sei que estão faltando professores ao curso de Jornalismo, ao curso de Enfermagem, mas veja bem, Deputado, nós não estamos dizendo que acabou o curso, eu estou insistindo, mas parece que é difícil, acho que em termos desse curso aqui é positivo, entendemos o problema, está complicado, tem dificuldade financeira, vamos tentar resolver de uma forma construtiva, independente de qualquer corrente que seja, para tentar fazer jus ao que os Reitores fizeram. Sempre defender abertura de curso é uma lógica natural; é lógica natural o reitor defender curso. Agora, o que faltou, eu tenho aqui exemplo, Deputado, o senhor foi um dos propositores, da questão do curso de Zootecnia foi um dos poucos cursos que passou por avaliação na Secretaria e tem aqui parecer, posso lhe passar depois, parecer negativo, porque não tinha passado no CRAF e mesmo assim ele foi implementado.

Então, não estou dizendo com isso que o curso não deva ser reconhecido, regularizado. Se tem condições, vamos fazer essa avaliação, porque tem investimento regional, tem investimento feito, entendeu? Então, temos que inverter um pouco a discussão e não criar com os alunos, eu já tinha conversado com os alunos de Enfer-

tagem. Claro que nenhum estudante gosta de ficar sem aula.

Não estamos desconhecendo este problema, mas havia compreensão e nós pedimos um prazo e eu disse agora e antes também, que vamos dar solução, e estou encaminhando ao Governador o pedido de 690 vagas de teste seletivo.

Por que estamos fazendo este teste seletivo? Porque caímos no mesmo problema que na gestão passada; já falei isso, não foram regularizados os cargos, encontramos problemas nas informações que vieram das universidades. Pedimos ontem ao Governador mais um prazo, de mais 180 dias, para checar professor por professor, porque algumas informações, do ponto de vista de entendimento da comissão, se conflitaram com as das universidades e não foi feita uma checagem precisa como deveria ser feita. Nós detectamos isso e sugerimos mais prazo então, para fazer uma coisa clara, com a maior certeza que for possível.

Então, estamos reconhecendo, dando a resposta que vai ser resolvido, vou encaminhar para o Governador hoje, já pedi que possamos fazer, inclusive com a Base Aliada, um acompanhamento, para entregar ao Governador para que, na hora que ele tiver conhecimento desses dados, possa decidir.

E também já falei sobre a questão da Meneghel, já repeti inclusive naquela reunião da Comissão, repeti agora e talvez em respeito à sua pergunta, vou dizer que fizemos a questão do Meneghel porque foi feita uma avaliação da importância da região para o curso de Agronomia, 65% dos professores mestres e doutores, os equipamentos todos regularizados. Um acervo tecnológico de importância grande para a região, que poderia se somar dentro daquele projeto mais amplo que estamos encaminhando ao Governo que provavelmente venha para discussão; está na avaliação ainda daquela reformulação da UNESPAR.

E é este o processo que aí nós teríamos, não só economia de recursos, por parte da reunificação da UNESPAR, mas também um projeto de maior integração econômica e o curso de Agronomia é importante, porque, somado com a UEL, com a capacidade técnica que tem de qualificação dos docentes da UEL junto com a de Bandeirantes, traria um grande benefício para um foco bem regionalizado para o norte pioneiro. Mas existem ainda divergências em relação ao encaminhamento e nós vamos resolver isso e provavelmente os senhores estarão discutindo isso num futuro próximo.

Também só vai sair a Universidade do Litoral; já estão liberadas 60 vagas docentes para a Universidade Federal do Paraná abrir os cursos de Educação Física, Turismo, Meio Ambiente e os pós-técnicos, Transações Imobiliárias, Enfermagem e Apicultura. Se não sair isso, vamos ter que rever o projeto porque não teremos condição de mantê-lo. O que foi feito é uma parceria: o Município vai entrar com a questão do custeio, com os recursos humanos para limpeza, manutenção, etc, e a

Federal, através do Governo Lula, com uma participação vai conceder as 60 vagas. O Governo Estadual fez um investimento único de uma desapropriação que teve, não vai ter investimento contínuo, não vai ter mais que se ocupar com o futuro.

Pelo menos há uma colaboração muito forte entre as universidades e as instâncias, acho que é um projeto que quando apresentamos para o Ministro Cristóvão Buarque, foi elogiado pela iniciativa, pela inovação, pela forma como foi encaminhado. Ficamos cinco meses discutindo, reunimos toda a comunidade, as Prefeituras de Paranaguá, de Matinhos, os Secretários de Educação da região, e fizemos um trabalho muito interessante, que o Governo Federal reconheceu como importantíssimo, do ponto de vista da inovação e da criatividade de elaborar o projeto.

Portanto, se não sair as 60 vagas, não temos recursos do Tesouro do Estado para financiá-las. Acho que está esclarecido.

Em relação à sindicância, na hora em que tomamos conhecimento do processo, no dia 18/02, de todos os argumentos que foram encaminhados para o Governo do Estado pelo Deputado Bradock, imediatamente instituímo-la, não tinha conhecimento de nenhum processo de denúncia, nunca passou na Secretaria. Temos feito um esforço de dar resposta a todo o processo de denúncia, e temos uma equipe pequena, mas está se desdobrando. Aliás, queria fazer um agradecimento à equipe. O resultado saiu esses dias, não me lembro direito, mas tiveram três indicações de irregularidade. Teve uma na questão da Odontologia, na questão dos cargos comissionados, que eu falei que era um problema legal, e vamos ter que resolver, aqui, através de lei, porque isso não foi criado; só tem cargo criado para Reitor e vice. Quer dizer, a estrutura da Universidade não pode funcionar. Temos que fazer esse projeto pensando que estrutura administrativa nós queremos, para trazer aqui um projeto de lei que a Assembléia possa apreciar. Aí, sim, discutindo a Universidade, não apenas aprovando cargo por aprovar, mas que estrutura nós temos com as especificidades de cada universidade. Precisamos ter uma estrutura homogênea, mas precisamos ter algo semelhante. E hoje se tem inclusive diferença de remuneração entre um e outro cargo de outras universidades. Vejo isso como um problema, mas um problema que pode ser resolvido do ponto de vista legal. Não é culpa de nenhuma universidade. O que tem que ser feito, é verificar o limite da concessão de cargos. E vamos propor, aliás, uma estrutura administrativa. Estamos fazendo um estudo; pegamos toda a estrutura administrativa e faremos uma proposta para os Reitores, e em cima dela, vamos discutir.

O outro, foi o desvio de recursos de 62 mil reais, mas a universidade já tinha aberto o processo administrativo disciplinar.

Para resumir, tiveram três ou quatro irregularidades que não lembro exatamente. Uma é a questão da

hora-extra, que está sendo indicado como possibilidade de irregularidade. Então, são quatro questões. Pedi à Comissão de Sindicância, junto com o Secretário da Administração, que nos fez a apresentação dos resultados e nós, imediatamente, encaminhamos o pedido de instalação de um processo administrativo disciplinar, porque a comissão apontou possibilidades de irregularidades. Ela fez o trabalho que deveria ter feito em quinze dias. Portanto, está encaminhado com essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo Deputado inscrito, Sr. José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Boa tarde. Primeiro, gostaria de declinar da satisfação e da forma com que vem a esta Casa prestar esclarecimentos, trazer elucidações a respeito de um problema tão importante e urgente que está ocorrendo no 3º Grau do nosso Estado.

Não é fácil, como já reconheceu o Deputado Plauto, estar na posição que V. Exa. está, para dar esclarecimentos de problemas que realmente existem, e sobretudo, a tranquilidade, a transparência, a franqueza e a autenticidade com que tratou os assuntos. Reconhecendo que tem problemas, que há prejuízos, mas que por outro lado está tendo uma ação construtiva para resolução deles.

O importante não é apenas contemplarmos os problemas ou as dificuldades, mas é saber como é que estamos encaminhando e que direção estamos dando-lhes.

Portanto, esta discussão é extremamente positiva, porque, tanto do ponto de vista da Oposição que traz à baila a discussão, como do próprio Governo que tem a oportunidade de explicar, não justificar - porque o Governo não precisa de justificativa -, mas esclarecer as posições que tem tomado. Isto posto, o Deputado Plauto disse que está uma baderna nas universidades.

Ora, sabemos que temos dificuldades nas universidades, pela não contratação dessas aulas que estão vagas. V. Exa. já reconheceu. Agora, não existe uma baderna e não existem universidades paradas. Isto é fruto da falta de um planejamento, isto é fruto, às vezes até de irresponsabilidades, quando se administrou a questão do 3º Grau em anos anteriores, porque se tivéssemos tido cuidado, a preocupação em reestruturarmos o 3º Grau com os pés no chão e com os olhos na receita, com certeza não teríamos vivenciado uma greve de 167 dias no Sistema, no Estado do Paraná. Ali já estava o problema, ali já estava o achatamento, ali já estavam as condições de que não teríamos como suportar a criação de 79 cursos em três anos: 2000, 2001 e 2002, o Estado do Paraná criou 79 cursos novos. Ora, isso não é fábrica de pão que se coloca e tira! Isso tem consequência financeira, tem consequências orçamentárias. A receita tem um grau de elasticidade e as despesas estão aí, aconte-

cendo, e é por isso que hoje estamos vivenciando estas dificuldades.

Quero dizer que não é agradável para Governo nenhum tirar curso, não é agradável para nenhuma Bancada de apoio estar aqui para dizer que o Governo teve que tomar esta atitude, a bem do ensino de 3º Grau. Mas tomou, e tomou de forma corajosa, e tomou dando os esclarecimentos e fazendo de frente. Quando o Governo foi acusado pela contratação de mais de 1300 professores, o Governo Requião, sabendo das dificuldades, pela dificuldade presente no caixa de todo dia, o que fez? Segurou, foi para a discussão, a teoria do charuto: espremeu, espremeu, e baixou para quanto? Seiscentos e noventa, de 1.314 (mil trezentos e quatorze). Baixou para quase 50% do primeiro índice tomado.

Ora, isto é responsabilidade! É responsabilidade com o 3º Grau, é responsabilidade com o recurso público, e é responsabilidade inclusive para com os próprios professores, porque, se deixarmos criar de forma linear, lá na frente não teremos como fazer a recuperação dos salários. Até no sentido de, no futuro, termos condições de fazer a recuperação salarial desses nossos professores, é que hoje se impõe uma atitude séria, firme e corajosa.

Regularização. O Governo Requião teve a coragem, a determinação e a consciência de fazer a regularização dos 17.033 servidores. E esta regularização também mostra que não podemos ir fazendo as coisas atabalhoadas, porque estamos com uma dificuldade no PCCV. Por que o Governo do Paraná não pode dar o aumento retroativo a fevereiro? Porque, no quadrimestre, estouramos a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se não temos condições de bancar o aumento dado, como é que vamos estar embalando a criação de cursos que não observaram a preocupação orçamentária?

São discussões sérias, firmes, que o Governo estaria defendendo e que V. Exa., à frente da Secretaria, tem feito com muita competência. Quando V. Exa. fala de Bandeirantes, que aqui foi tocado, deixou de criar o curso de Medicina na Cidade de Ponta Grossa, que é uma Cidade querida por todas nós, que todos conhecemos e reconhecemos como orgulho, os Campos Gerais, estaríamos criando um novo curso em Ponta Grossa.

A Faculdade de Bandeirantes existe há 44 anos. Se criássemos o curso de Medicina em Ponta Grossa, na sequência teríamos que lá na frente também fazer a atualização da Faculdade de Bandeirantes, porque ela não estava subsistindo e temos ali um recurso humano extremamente expressivo, com frutos desdobrados na pesquisa, por anos apresentando à sociedade regional os seus formandos. Não pode comparar porque estadualizou a Faculdade de Bandeirantes, com a não criação do curso de Ponta Grossa. Não são óbvias essas comparações que estão fazendo.

O que precisamos fazer e V. Exa. está fazendo - tenho certeza que tanto a Base aliada e a Oposição discutem, mas reconhecem o seu trabalho, a seriedade, a per-

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 380/2003

I - exonerar, a pedido, DANILO DE MATOS PRADO, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Delegado Bradock, a partir de 1º de outubro de 2003;

II - prover EDSON LUIZ BITTENCOURT VAZ, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Delegado Bradock, a partir de 1º de outubro de 2003.

(Prot. nº 8105/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 381/2003

I - exonerar, a pedido, CYNTIA ASTURIAN LAPORTE, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de outubro de 2003;

II - prover JEFFERSON RENATO ROSOLEM, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de setembro de 2003;

III - prover ANITA DE OLIVERIA, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de outubro de 2003;

IV - prover LUCIMÉIA PEREIRA CASTRO, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Luiz Nishimori, a partir de 1º de outubro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 382/2003

I - exonerar, a pedido, MANOEL CAMPOS, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Padre Paulo, a partir de 1º de outubro de 2003;

II - prover SÉRGIO ROBERTO MELNICKI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Padre Paulo, a partir de 1º de outubro de 2003;

III - prover NAIRA YASSUE MORIKAWA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Padre Paulo, a partir de 1º de outubro de 2003;

IV - exonerar, a pedido, CINTIA MATIELA, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de outubro de 2003;

V - prover SILVIA DA ROCHA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de outubro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 383/2003

I - exonerar, a pedido, ULISSES CRISTIANO TEIXEIRA, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Vanderlei Iensen, a partir de 1º de outubro de 2003;

II - exonerar, a pedido, RITA DE CÁSSIA VILAGO, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Vanderlei Iensen, a partir de 1º de outubro de 2003;

III - prover IVA SANDRA FERREIRA DE MORAIS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Vanderlei Iensen, a partir de 1º de outubro de 2003;

IV - exonerar, a pedido, PAULO SERGIO RAMALHO PADILHA, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PSL, a partir de 1º de outubro de 2003;

V - prover TEREZINHA DE FATIMA PADILHA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PSL, a partir de 1º de outubro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 384/2003

I - exonerar, a pedido, LEONIDES JOSÉ MIKUS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Francisco Bühner, a partir de 1º de outubro de 2003;

II - prover ANERI APARECIDA CAMARGO, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Francisco Bühner, a partir de 1º de outubro de 2003;

III - prover LUCINEIDE TEIXEIRA DE LEMOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de outubro de 2003;

IV - exonerar, a pedido, GISLAYNE ANDREA DE OLIVEIRA DOS SANTOS, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de outubro de 2003;

V - exonerar, a pedido, GENTIL DE LIMA COSTA, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de outubro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 385/2003

I - exonerar, a pedido, RENAN DE OLIVEIRA ALBERINI, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de outubro de 2003;

II - prover MESSIAS DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de outubro de 2003;

III - prover ARACI APARECIDA HENRICHES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Reni Pereira, a partir de 1º de outubro de 2003;

IV - exonerar, a pedido, JORGE PEDRO DOS REIS, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 1º de outubro de 2003;

V - prover MARIA APARECIDA DA SILVA REIS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 1º de outubro de 2003;

VI - exonerar, a pedido, ELAINE CANO DE LUNA, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do

Deputado Chico Noroeste, a partir de 1º de outubro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 386/2003

I - exonerar, a pedido, ANTONIO CARLOS CARDOSO do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado André Vargas, a partir de 1º de outubro de 2003;

II - exonerar, a pedido, ANTONIO CARLOS KASPROVICZ, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado André Vargas, a partir de 1º de outubro de 2003;

III - prover ROBSON TALMA CAVALIERI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado André Vargas, a partir de 1º de outubro de 2003;

IV - prover ANDRÉ RIBEIRO LUSKA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado André Vargas, a partir de 1º de outubro de 2003;

V - prover EVELINE CRISTINA HEY, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Cleiton Kielse, a partir de 1º de outubro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 387/2003

I - exonerar, a pedido, CLEUZA JORCUVICH PICCININ, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Cida Borghetti, a partir de 1º de outubro de 2003;

II - prover LUIZ CARLOS BORIN, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Cida Borghetti, a partir de 1º de outubro de 2003;

III - prover VIVIANE RENATA ZACLIKEVIS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ademir Bier a partir de 1º de outubro de 2003;

IV - prover CRISTHIAN MARTINEZ, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Edson Strapasson, a partir de 1º de outubro de 2003;

V - prover ARISTOCLETO JOSÉ PORTELLA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nelson Garcia, a partir de 1º de outubro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 388/2003

Prover os servidores abaixo relacionados para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de outubro de 2003, conforme especifica:

JOSÉ PIRES DE OLIVEIRA
NEUSA HEUKO SWAROSWSKI
ADRIANA CRISTINA ZIRONDI ROCHA
DANIELI DUDECKE
MARLUCE MARCELINO PECCIN COUTINHO
ELUIZA MARIA LOPES
MARA ALESSANDRA REIS DE CARVALHO
CLEVERSON CARVALHO
ANDERSON APARECIDO BAROTO
RENATA RODRIGUES SIMÕES
DOROTEIA LOPES DA SILVA
MILTON BAROTO
REINALDO GONÇALVES.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em 06.10.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do Sr. Deputado Vanderlei Iensen, mais a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Indicação nº 005/2004 de autoria da Deputada Elza Correia, que solicita a cessão de terreno de propriedade da IAPAR, localizado no Município de Londrina, para a OSCIP MAE - Meio Ambiente Equilibrado, para fins de restauração, conservação desse patrimônio. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, dos quais, para constar eu, Rosângela Alves Cardoso, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais

(aa) VANDERLEI INSEN - Presidente

Rosângela Alves Cardoso - Secretária